

REVISTA DA
Nova Bolsa

UM A PUBLICAÇÃO DA BM & F BOVESPA

www.bmfbovespa.com.br/revista

Nº 14/2012

ENTREVISTAS

**MIGUEL ANGEL BRODA,
CONSULTOR E ECONOMISTA**

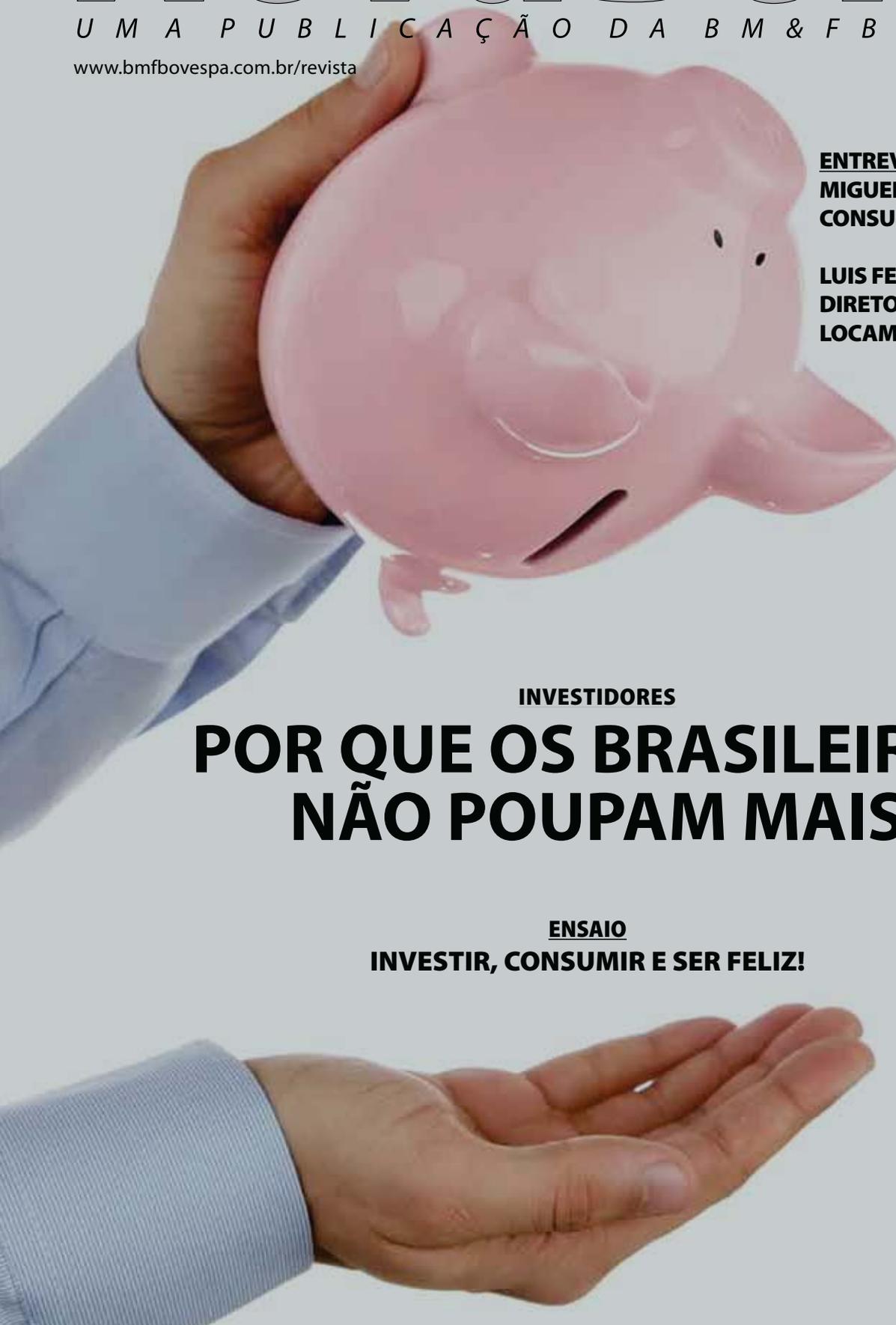
**LUIS FERNANDO PORTO,
DIRETOR PRESIDENTE DA
LOCAMERICA**

INVESTIDORES

**POR QUE OS BRASILEIROS
NÃO POUPAM MAIS**

ENSAIO

INVESTIR, CONSUMIR E SER FELIZ!





BVSA. VOCÊ INVESTE E A SOCIEDADE RECEBE OS DIVIDENDOS.

A BVSA é um programa social pioneiro no mundo, desenvolvido pela Bolsa e suas corretoras para apoiar projetos voltados para educação, saúde, erradicação da pobreza e preservação do meio ambiente, entre outros. Inspirado no ambiente de uma bolsa de valores, sua ideia é facilitar a arrecadação de recursos por meio de um sistema de doação on-line seguro e transparente, ajudando a concretizar ações em todo o país. Mais de R\$ 12 milhões já foram captados para 119 projetos de ONGs brasileiras. Os recursos são integralmente transferidos para as organizações, com a garantia da Bolsa. A BVSA conta com o apoio da Unesco e seus critérios de seleção são alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU.

Invista nessa boa ação agora: acesse www.bvsa.org.br e conheça a iniciativa que se transformou em modelo para o mundo e orgulho para a gente.

INSTITUTO BM&FBOVESPA

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa





2012 Nº14

Num período de forte turbulência, derivada da crise do euro, destaca-se a entrevista do presidente da Locamerica, Luis Fernando Porto, mostrando que empresários de todos os portes voltam a abrir o capital na Bolsa, atraem investidores e acreditam que o Brasil sairá fortalecido, conquistando espaço num mundo em dificuldades. Outras empresas, como o banco BTG Pactual e a Unicasa também fizeram IPOs neste ano e têm a mesma visão positiva das perspectivas brasileiras. Na entrevista internacional, o economista e consultor Miguel Angel Broda trata do contraste entre as economias brasileira e portenha, mostrando não apenas os aspectos controvertidos da estatização da YPF, mas a importância de adotar uma política econômica convencional, com regras claras e respeito aos contratos, para atrair os investidores internacionais e evitar que o país se isole do mundo.

A matéria de capa desta edição é sobre a felicidade, item no qual o Brasil ocupa posição de destaque no ranking mundial. A mobilidade social que propiciou a criação de uma nova classe média, assim tratada pelo professor Marcelo Neri, da FGV, tem tudo a ver com isso. E o ensaio do professor Fabio Gallo Garcia, que estuda o tema na FGV/SP, dá uma ideia precisa da importância da satisfação pessoal e dos valores éticos para o bem-estar social.

Entre os temas desta edição também estão as dificuldades para formar poupança financeira; o papel crescente dos fundos imobiliários; e a comemoração dos dez anos de duas iniciativas notáveis: o programa de popularização, que atraiu mais de meio milhão de investidores individuais para o mercado de capitais, e a Bolsa de Valores Socio-ambientais (BVSA). O livro *Sobre a China*, do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, desvenda os mistérios da diplomacia chinesa, na busca de separar ascensão econômica e política das práticas medievais relativas aos direitos humanos.

No Contraponto, Humberto Werneck fala do Mercado Municipal, uma verdadeira instituição da metrópole paulistana.

Boa leitura!

REVISTA DA
Nova Bolsa
UMA PUBLICAÇÃO DA BM&FBOVESPA

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa



Diretor Presidente: Edemir Pinto

Diretoria Executiva: Cícero Vieira Neto, Eduardo R. Guardia, Luis Furtado e Marcelo Maziero

Conselho de Administração: Arminio Fraga Neto – Presidente, Pedro Pullen Parente – Vice-presidente, Candido Botelho Bracher, Charles P. Carey, Claudio Luiz da Silva Haddad, José Roberto Mendonça de Barros; Julio de Siqueira Carvalho de Araujo; Luis Stuhlberger, Marcelo Fernandez Trindade, Renato Diniz Junqueira e René Marc Kern

Jornalista responsável: Alcides Ferreira

Coordenação editorial: Fábio Pahim Jr.

Editores: José Roberto Nassar, Jorge Wahl, Patrícia Brighenti e Theo Carnier

Edição final: Rose Jordão

Colaboraram nesta edição: Fabio Gallo Garcia, Humberto Werneck e Silvia Penteadó

Revisão: Rosangela Kirst

Criação: Rogerio Guerra e Ronald Capristo Trapino

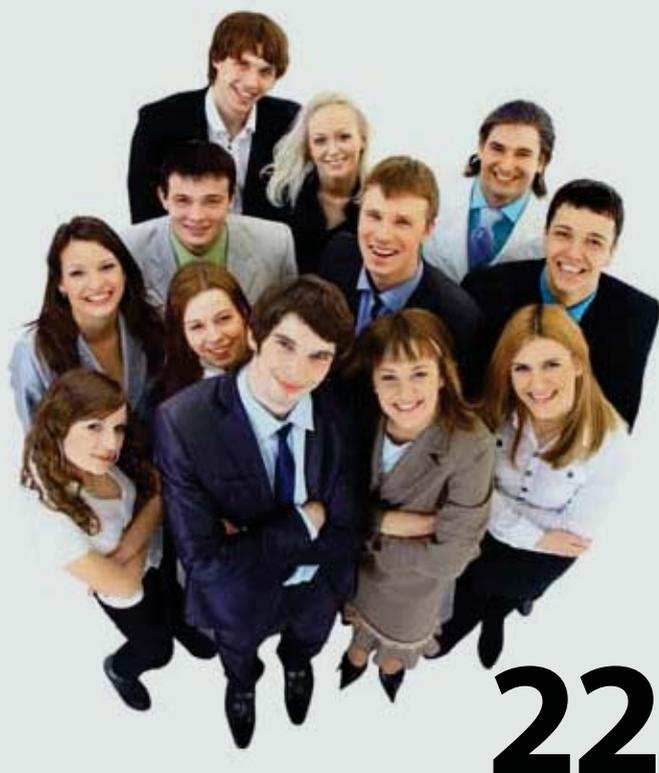
Edição de arte e diagramação: GB8 Design e Editoração Ltda.

Foto da capa: AGÊNCIA FOTOLIA

A *Revista da Nova Bolsa* é uma publicação trimestral da BM&FBOVESPA. O conteúdo desta publicação não representa a opinião da Bolsa, nem deve ser interpretado como recomendação de compra ou venda de ativos. Os artigos assinados expressam a opinião de seus autores. É proibida a reprodução parcial ou integral de textos contidos nesta publicação.

ISSN 1983-8182

As correspondências à *Revista da Nova Bolsa* devem ser enviadas para:
Rua XV de Novembro, 275 – 5º andar, São Paulo/SP – CEP 01013-001
www.bmfbovespa.com.br/revista – e-mail: revista@bvmf.com.br



ENTREVISTAS

6 MIGUEL ANGEL BRODA, consultor e economista
A Argentina corre o risco do isolamento
Enquanto os governos de Brasil, Colômbia, Peru e Chile adotam políticas econômicas que abrem as portas para o crescimento, a Argentina estatiza a YPF e mascara os índices.
Paulo Trevisani

12 LUIS FERNANDO PORTO, diretor presidente da Locamerica
O IPO ajuda a crescer na crise
Mesmo empresas de porte médio podem lançar ações e levantar recursos para investir e fortalecer a estrutura de capitais.
Silvia Penteadó e Theo Carnier

CAPA

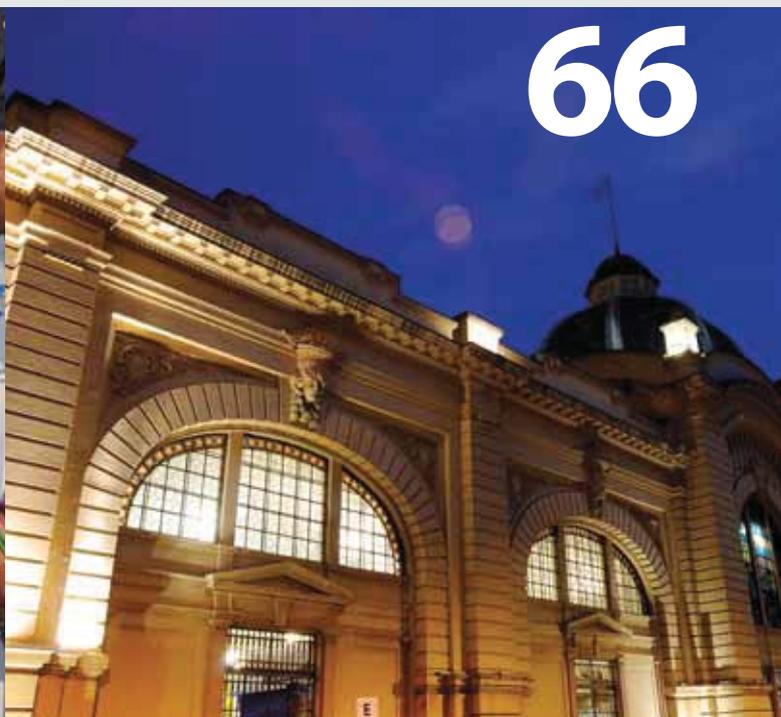
18 INVESTIDORES
Por que os brasileiros não poupam mais
As empresas e as famílias poupam, enquanto o governo despoupa, ao contrário de países como a China.
Jorge Wahl

22 FELICIDADE
O Brasil no topo da satisfação pessoal
Estudos da FGV e do Instituto Gallup mostram que o País é um dos líderes do ranking mundial de felicidade.
José Roberto Nassar

26 ENSAIO
Investir, consumir e ser feliz!
A relação entre renda e felicidade é antiga e controversa porque sempre vem à mente a pergunta: afinal, o que é felicidade?
Fabio Gallo Garcia

MERCADO DE CAPITAIS

30 POPULARIZAÇÃO
Os 10 anos do programa BM&FBOVESPA Vai até Você
O programa aproximou o mercado de capitais dos brasileiros, chegando a empresas, universidades, clubes, praias, parques, estações do metrô, feiras e exposições, shoppings e municípios por todo o Brasil.
Silvia Penteadó



34 IPOS

Empresas retomam a abertura de capital

BTG, Unicasa, Locamerica e CCX fazem ofertas iniciais de ações na Bolsa e reabrem o mercado, em 2012.
Theo Carnier

38 FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Aplicação desperta interesse crescente

Os fundos imobiliários se tornaram a nova "febre" dos investidores, com a negociação das cotas de 70 fundos, contra 49, há um ano.
Theo Carnier

42 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O apoio da BM&FBOVESPA a iniciativas sociais em todo o País

Com a presença da cantora Daniela Mercury, foi lançado o novo portal da Bolsa de Valores Socioambientais da BM&FBOVESPA (BVSA).
Silvia Penteadó

46 PRÊMIO WORLD FINANCE

Na América Latina, a BM&FBOVESPA é eleita como a bolsa mais sustentável

A Bolsa foi escolhida em eleição direta de que participaram os leitores da revista financeira britânica *World Finance*.
Theo Carnier

48 AGRONEGÓCIO

País tem cenário promissor

A décima primeira edição do seminário reuniu nomes que são referência para o agronegócio brasileiro

52 EM REVISTA

56 ON-LINE

62 LIVROS

66 CONTRAPONTO

O templo das especiarias

O Mercado Municipal Paulistano não é apenas uma atração turística, mas tem uma riquíssima história e atrai nomes famosos da culinária brasileira.
Humberto Werneck

MIGUEL ANGEL BRODA

Economista

ARGENTINA CORRE RISCO DE ISOLAMENTO

POR PAULO TREVISANI*

A voz rouca e os cabelos brancos em torno da calva se encaixam bem no perfil portenho – mas o arrazoado econômico e político, em tom professoral, faz Miguel Angel Broda parecer mais como uma britadeira sobre a Casa Rosada. O economista de 59 anos, nascido e criado na capital argentina, não só estudou como viveu várias crises e uma sucessão de políticas econômicas em seu país, e enxerga paralelos preocupantes na situação atual. Mais do que isso, duvida de que o espírito nacionalista que, na sua visão, está arruinando a economia, possa mudar em breve. Ele vê seu país se isolando do mundo e só enxerga as consequências nefastas dessa tendência. Um bom exemplo desse distanciamento foi a expropriação da YPF, em abril.

Broda acredita que a Argentina está longe de viver a hiperinflação dos anos Raúl Alfonsín, mas vê com desgosto as políticas que inibem o investimento e aumentam a demanda de dólares, induzindo assim à inflação e, pela sua previsão, a uma possível recessão, neste ano. Economista formado pela Universidad Católica Argentina, em 1966, com Ph.D na Chicago University, em 1972, Broda foi docente da USP de 1972 até 1981. Vive em Buenos Aires, onde atua como consultor, e gosta de citar o Brasil e outros países sul-americanos para ressaltar o contraste entre a situação atual deles e a da Argentina.

Ideologias à parte, enquanto os governos de Brasil, Colômbia, Peru e Chile têm adotado políticas econômicas que abrem as portas para o crescimento, a Argentina está na contramão, segundo o economista. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida à *Revista da Nova Bolsa*.

Revista da Nova Bolsa – A diferença entre o câmbio oficial e o paralelo tem subido na Argentina. Isso o preocupa?

Miguel Angel Broda – Sem dúvida. Quando a Argentina introduziu os controles de câmbio e as limitações para importar, e mudou algumas das regulamentações para liquidação das exportações, gerou um mercado informal, que tem duas partes: um mercado de notas e transferências, negro; e um mercado a vista com liquidação, de operações brancas. Esse mercado depende crucialmente das taxas esperadas de inflação, de valorização e da diferença entre os mercados chamados paralelos – um que é formal e outro que é informal. Depende também, crucialmente, dos controles do governo, porque quanto mais limita o acesso ao mercado oficial de câmbio, que está a 4,45 (pesos por dólar), aumenta a demanda por cambiais, nos dois mercados. O problema básico, na Argentina, é a moeda local. Se as empresas não podem transferir dividendos ao Exterior pelo mercado oficial, tratam de converter seu excesso de pesos em cambiais através do mercado a vista com liquidação; se os indivíduos não podem financiar seus gastos de turismo pelo mercado oficial, aumenta a demanda deles no mercado informal. Por isso, temos uma diferença de 33% entre os mercados paralelos – os dois – e o oficial.

R.N.B. – E qual o impacto sobre a inflação?

M.A.B. – Sem dúvida, a diferença afeta a taxa esperada de inflação e afeta claramente a demanda e a oferta agregada. Se pensar sobre os efeitos diretos sobre a inflação, há um conjunto de bens negociáveis que, sem restrições para exportação ou importação, são pagos e cobrados no mercado oficial. Mas também há um conjunto de bens que têm restrições, e o valor do dólar nos merca-

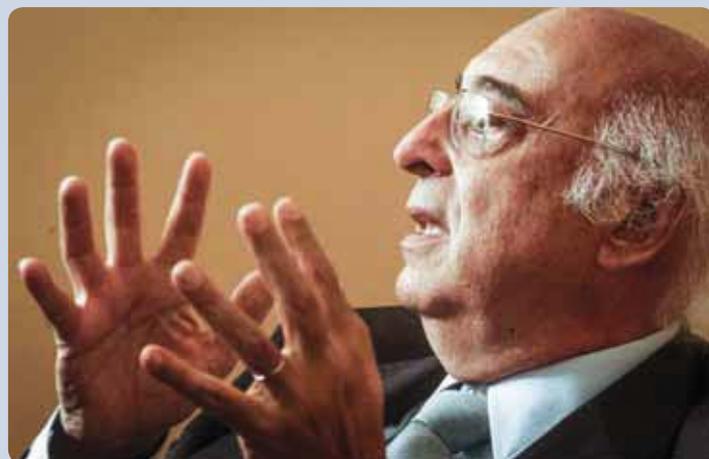
dos paralelos afeta o preço doméstico deles. Também há um conjunto de bens não negociáveis cuja expectativa de inflação leva muito em conta o valor dos dólares paralelos. A verdade é que a soma das expectativas de inflação e as expectativas de desvalorizações, apesar de o mercado paralelo ser bem menor que o oficial, é o mercado paralelo, que influencia a tomada de decisões. Ou seja, quanto mais alto o paralelo, mais alta a taxa esperada de inflação – e, portanto, o impacto que pode ter sobre a demanda e a oferta agregada.

R.N.B – E a tradição da Argentina...

M.A.B. – A tradição da Argentina é um elemento crucial, pois sabe-se que o esporte nacional da Argentina é substituir moeda local por moeda estrangeira, tanto no estoque de riqueza quanto no fluxo de poupança. Assim, é uma preocupação quando aumenta o spread (do câmbio), que afeta também a política oficial. Nas últimas semanas, o governo está acelerando a taxa de desvalorização, em parte por causa da desvalorização do real e em parte pelo aumento da diferença entre os mercados paralelos e o oficial. Isso tem efeitos nominais e reais muito grandes, porque a ampliação da distância aumenta o estímulo a subfaturar exportações ou superfaturar importações, e isso se nota na balança comercial do mercado oficial. Essa é mais uma distorção que pesa não só sobre a taxa de inflação, como também sobre o nível de atividade e de demanda agregada: quanto mais alta a diferença, mais temor as pessoas têm e mais aumenta a poupança privada ou a queda de consumo, apesar da política monetária e fiscal muito expansionista do governo. Também cai o investimento, porque um mesmo lucro em pesos é cada vez menor em dólares no paralelo, conforme cresce o spread. Também afeta o movimento do mercado imobiliário e o valor das empresas na Argentina, porque o comprador quer pagar ao câmbio oficial e o vendedor quer vender ao câmbio negro. E há queda no volume de transações – algo que criamos com os controles, que deixam todo mundo com medo de não ter dólares ou não poder comprá-los.

R.N.B. – O senhor já viu isso acontecer na Argentina no passado, não?

M.A.B. – A Argentina é um país que começou com controle de câmbios em 1933, que manteve até 1989, com a hiperinflação de Raúl Alfonsín – e em 56 anos, desde 1933, tivemos mercados paralelos. Tivemos spreads de todos os níveis. Nesses 56 anos há cinco etapas. Em cada uma delas, tivemos spreads médios de



DIVULGAÇÃO

“

O esporte nacional da Argentina é substituir moeda local por moeda estrangeira, tanto no estoque de riqueza quanto no fluxo de poupança

”

20%, 40%, 60%, com o spread máximo acima de 300%. A história da Argentina demonstra três coisas: os spreads não são transitórios, duram muito; têm pouco a ver com o câmbio real, porque tivemos “overshootings” muito grandes em relação a qualquer câmbio de equilíbrio que se pudesse conseguir; e poucas vezes caem devido a uma baixa do dólar paralelo – caem quando se ajusta o piso, ou seja, o dólar oficial. E a outra coisa que a história mostra é que qualquer mudança no dólar oficial só altera o spread se for parte de um programa mais amplo que afete as expectativas das pessoas. Ou seja: não se pode afetar seriamente o spread apenas acelerando a desvalorização do câmbio oficial. É crucial para (combater) a diferença a velocidade pela qual se emite pesos; a maneira como se comporta a demanda de pesos que depende das taxas



A Argentina necessita de um programa confiável para reduzir a taxa de inflação e precisa acelerar a taxa de desvalorização porque o peso está valorizado demais



esperadas de inflação e de desvalorização e da taxa de juros nominal com a qual se remuneram os pesos; e também depende dos controles do governo. Quando o governo, há uma semana (14 a 18/5), se assustou quando o spread passou de 10% para 25%, em vez de diminuir a expansão monetária ou subir os juros, ou anunciar um programa para reduzir a taxa esperada de inflação, o que fez foi fechar quase totalmente o acesso à compra de dólares no câmbio oficial, com o que o spread passou de 25% para 33%. Obviamente, os efeitos colaterais dos controles são estimulantes para que o spread suba.

R.N.B. – As medidas contra a hiperinflação no governo de Raúl Alfonsín acabaram levando à dolarização da economia que, por sua vez, levou à crise da moratória. O que deve ser feito para evitar erros do passado?

M.A.B. – O problema básico é que a Argentina teve um crescimento muito bom; durante oito anos cresceu a 7%. Foi resultado das condições iniciais, de extraordinários termos de intercâmbio, e, também, produto de uma política monetária e fiscal expansiva que, dadas as condições iniciais, foi adequada para o nível de atividade e de emprego. Mas a verdade é que o modelo populista nacional só tem acelerador. Em qualquer parte do ciclo, as políticas fiscal e monetária têm sido fortemente expansivas. Além disso, o governo crê que o tamanho do Estado tem de crescer, pelo menos, em proporção ao PIB, 2% ao ano. Há que se dar conta de que, quando Néstor Kirchner chegou ao poder, o gasto público era de 29% do PIB, hoje é de 45% e continua crescendo. E temos uma estratégia de crescente intervenção do Estado na economia substituindo os resultados de mercado que não lhe agradam. As políticas expansivas da história argentina sempre terminam com três restrições: a inflação se acelera; temos problemas no setor externo, ou seja, excesso de demanda de dólares; e dificuldades para financiar o déficit fiscal. A Argentina teve sorte por esse ciclo ter durado oito anos, em parte pelas condições iniciais, pela recessão de 2009 e pela alta extraordinária do preço da soja. Já as políticas exageradamente expansivas do ano eleitoral de 2011 produziram excesso de demanda de dólares. Isso causou a perda de reservas quando todos os países da América Latina enfrentavam o problema oposto, que era o tsunami das entradas de capital. Além disso, 90% da necessidade de financiamento do governo era suprida pelo Banco Central, que tinha um estatuto que impunha alguns limites leves ao financiamento do Tesouro – por isso, foi mudado o estatuto e agora não há nenhum limite para o BC financiar o Tesouro. Enfrentamos o que habitualmente acontece na história, os ciclos de stop-and-go. No resto do mundo, quando faltam divisas, você desvaloriza, pede emprestado ou atrai investimentos. A Argentina decidiu controlar, perder a conversibilidade do peso, reduzir as importações com travas fortíssimas. Tornou-se líder mundial em protecionismo. Além disso, resolveu mudar totalmente as regras do jogo e aumentar as expectativas de inflação com a reforma do Banco Central.

R.N.B. – A Argentina está na contramão da economia mundial?

M.A.B. – Sim, claro. A desaceleração atual da Argentina não tem nada a ver com o mundo. É resultado das decisões tomadas por um governo extraordinariamente controlador e intervencionista. Para se ter uma ideia, o país estava crescendo 10% no primeiro semestre de 2011. Pelos dados oficiais, que servem de indicadores para o crescimento do PIB, o primeiro trimestre deste ano teve crescimento de 0,5%. A Argentina está tendo um “hard landing”. A verdade é que nas seis últimas semanas, para as quais não há dados, é muito provável que a economia esteja ao redor de velocidade zero.

R.N.B. – Isso é um risco para os vizinhos da América do Sul?

M.A.B. – Influi negativamente sobre Uruguai e Paraguai, mas o risco da América Latina é muito mais ligado a como resolver o problema da Grécia e do sistema bancário espanhol do que à Argentina. Mas, claramente, a Argentina está tendo um primeiro semestre em que devemos crescer menos do que 1%, taxa anualizada. Isso implica que os números reais – que podem não ser os oficiais porque a Argentina mente também sobre o PIB, não só sobre os índices de preço –, podemos crescer entre 2% e 3% neste ano. Na comparação do quarto trimestre deste ano com o do ano passado, vamos estar muito próximos de zero. Essa desaceleração resulta de muitas decisões de política econômica dos últimos oito anos e também do notável aumento da incerteza, do custo de capital e do risco argentino, causado pela bateria de decisões tomadas no segundo governo de Cristina, inclusive o confisco da YPF. A deterioração dos índices de confiança do consumidor e de expectativa dos empresários é muito mais violenta do que a desaceleração do nível de atividade – o que tem muito a ver com as decisões de política econômica. A hiperpresidenta trata de explicar que isso se deve à crise mundial. Mas a Argentina está diferente do resto da América Latina. Provavelmente, estamos pagando pelos erros de política econômica, agravados nos últimos cinco ou seis meses.

R.N.B. – O senhor mencionou a falta de confiabilidade nos números oficiais do governo argentino. Como o setor privado lida com essa falta de informação ao embasar seus planos?

M.A.B. – Em relação aos números de inflação, para ter uma ideia, não há ninguém que ligue para os números do Indec (Instituto Nacional de Estatísticas). O índice oficial de abril a abril foi de 9,8%. No informe mensal do custo de vida na Argentina nem incluímos a série do Indec. Incluímos cálculos da inflação verdadeira, que está dando 22%, abril contra abril, com leve tendência ascendente nos últimos dois meses. Faz 14 meses que a Argentina tem 22% de inflação.

Agora, ninguém usa o indicador oficial, há diversos indicadores, cada economista faz seu próprio índice. Nós usamos os índices provinciais, os índices publicados por algumas instituições que, se as nomear aqui, provavelmente vão ter problemas legais. Em relação



A Argentina teve sorte por esse ciclo (de crescimento) ter durado oito anos, em parte pelas condições iniciais, pela recessão de 2009 e pela alta extraordinária do preço da soja





A Argentina está diferente do resto da América Latina. Estamos pagando pelos erros de política econômica, agravados nos últimos cinco ou seis meses



ao nível de atividade, é crescente o número de empresas que, para fazer seus orçamentos anuais, já não usam os números oficiais do Indec. Mas isso não é tão generalizado quanto no caso da inflação. Por exemplo, nós e algumas outras instituições fizemos um trabalho de reconstruir as contas nacionais desde 1993 e o nível do PIB da Argentina é 7% a 8% menor do que o que o governo divulga. Por exemplo, em 2009, o governo divulgou alta de 0,9% do PIB, enquanto o número verdadeiro foi negativo em 2,5%. No ano passado, o governo deu 8,9% de crescimento, e o número verdadeiro foi 7,1%. Neste ano, é provável que o número verdadeiro fique entre 2% e 3%, se o país não entrar em recessão; e o número oficial será provavelmente acima de 4%. A diferença geralmente é de 1,5% a 2% ao ano entre o número verdadeiro e o oficial. Mas é crescente a utilização de índices do setor privado e não os oficiais.

R.N.B. – Se a economia entrar em recessão com inflação acima de 20% e política já expansionista, como o senhor disse, que mecanismos o governo teria para reanimar a economia?

M.A.B. – O governo sempre optou por acelerar a expansividade da política fiscal e de sua escrava, a política monetária. O governo acredita muito que a desaceleração do crédito ao setor privado que estamos vendo nos últimos meses possa mudar no segundo semestre, sobretudo com linhas de redesconto do Banco Central para setores específicos; e a verdade é que nós estamos prevendo aceleração do crescimento do gasto público, que hoje está em torno de 32%, 33% em termos nominais. O que não acreditamos é que isso terá algum efeito importante no nível de atividade e emprego. Acreditamos que, provavelmente, as políticas expansivas tenham multiplicadores próximos de zero, porque a desconfiança do setor privado tem crescido tanto que políticas do setor público são neutralizadas pela apreensão, pelo aumento da poupança e pela queda do investimento do setor privado. Assim, não acreditamos que políticas expansivas consigam acelerar a taxa de crescimento da Argentina, ainda que no segundo semestre, provavelmente, tenhamos taxa de crescimento ano a ano levemente melhores que as próximas de zero que temos no momento.

R.N.B. – Quais seriam as saídas possíveis?

M.A.B. – A Argentina já teve muitos excessos de políticas expansionistas. Em 1952, por exemplo, tivemos o general Juan Domingo Perón e seu programa antiinflacionário e de atração do investimento estrangeiro. Atualmente, isso é muito pouco provável. A Argentina não sabe para onde vai. Há alguns elementos ideológicos de aumento do papel do Estado e do tamanho do Estado como elemento básico do nacional-populismo, mas estamos numa situação em que estamos desesperados para aumentar a produção de petróleo e gás. Faz mais de três meses que está suspenso o programa Petróleo Plus (que incentiva a nova produção de petróleo e gás), pelo qual os exportadores, em vez de conseguir US\$42 (por

barril exportado) como agora, poderiam obter US\$65 ou US\$70. Na semana passada, eliminaram os créditos fiscais para exploração de petróleo na Terra do Fogo. Estamos desesperados por divisas e cortamos o prazo de liquidação das exportações, da liquidação de divisas, com o que se debilita a posição competitiva dos exportadores argentinos. Mas, em vez de ir à Ásia com 300 conselheiros econômicos vender qualquer coisa, vamos a Angola. A Argentina necessita um programa confiável para reduzir a taxa de inflação e precisa acelerar a taxa de desvalorização porque o peso está valorizado demais, num contexto de gerarmos incentivo para aumento do investimento – e de um Estado que ataque a má distribuição de riqueza e a pobreza. Isso é o que pensaria qualquer ministro da Fazenda e presidente do Banco Central em qualquer dos países latino-americanos integrados ao mundo, mas não numa administração que não entende os sistemas de incentivos que o sistema capitalista tem para crescer.

R.N.B. – Se as barreiras às políticas econômicas que o senhor recomenda são ideológicas, quais são as possibilidades de que sejam removidas no curto prazo? Há alguma corrente política forte o bastante para tal mudança?

M.A.B. – Não. Creio que as probabilidades sejam mínimas, dado o conteúdo ideológico da presidenta e da centralização das decisões no poder no Executivo. Não vejo senão um aprofundamento do modelo intervencionista – não algo parecido com o que fariam as administrações de (Juán Manuel) Santos (presidente da Colômbia), de (Ollanta) Humala (Peru), de Dilma (Rousseff), de (José) Piñera (Chile), seja qual for sua orientação ideológica. Eu vejo certo desprezo pelo que se deve fazer macroeconomicamente.

R.N.B. – O senhor teme também pelas relações externas da Argentina com os países vizinhos? A Petrobras, por exemplo, já informou às autoridades do mercado que vê mais riscos no país, o que pode inibir os investimentos da estatal brasileira na Argentina.

M.A.B. – A Argentina está se isolando do mundo. Sem dúvida que, para todas as empresas petrolíferas, o risco de perder áreas cresceu. A Argentina está debilitando as relações com os vizinhos, por isso não conseguiu, na reunião de Cartagena, uma decisão unânime em favor das Malvinas, o que para a Argentina é muito importante. Estamos travando as importações do Uruguai e do Paraguai – com o Brasil, é diferente. Mas essas medidas protecionistas têm efeito negativo sobre os vizinhos. A Argentina também sofreu retaliações de alguns países da Europa pela forma como desapropriou a YPF. 



A Argentina está se isolando do mundo. As medidas protecionistas têm efeito negativo sobre os vizinhos. Também está sofrendo retaliações de alguns países da Europa



*PAULO TREVISANI É JORNALISTA BRASILEIRO RADICADO EM NOVA YORK.

LUIS FERNANDO PORTO
Presidente da Locamerica

O IPO AJUDA A CRESCER NA CRISE

POR SILVIA PENTEADO E THEO CARNIER*

Como diretor presidente da Locamerica, Luis Fernando Porto comandou, em abril, a abertura do capital da empresa – a que mais cresceu no setor de terceirização de frotas nos últimos anos e a segunda maior do setor no País em número de veículos – e lançou as ações no Novo Mercado, o segmento de mais alta governança corporativa da BM&FBOVESPA e captou R\$156 milhões. Os recursos serão empregados no fortalecimento da estrutura de capital e na expansão da frota. “Meu DNA e do meu sócio, Sérgio Resende, sempre foi a de acelerar, nunca recolher”. Presumindo que os recursos serão empregados com cautela, a agência de classificação de riscos Fitch elevou a nota da companhia de BBB+ para A-.

Abrir o capital amplia os horizontes de uma empresa como a Locamerica. Mas, em geral, é um passo difícil para o pequeno e o médio empresário, afirma Porto. Abrir mão do controle total da empresa e compartilhar as decisões estratégicas são aspectos que assustam. Além disso, há o custo. “A implantação de uma governança corporativa é um processo duro e dispendioso. Também é necessário profissionalizar a gestão, os processos e auditar os números, o que pode desanimar o empresário”.

A Locamerica atua no mercado de terceirização de frotas para empresas – um segmento que cresceu 12% ao ano nos últimos três anos – desde customização até planejamento e gestão. Tem 27 filiais no País e uma frota de 29 mil veículos: motos, carros populares, carros executivos, blindados, utilitários e caminhões. São mais de 200 clientes de diversos setores e de todos os portes. “Mais importante do que ter 29 mil carros é ter 29 mil carros andando bem”, ressalta.

Mineiro de Patos de Minas, Porto formou-se em Administração em Belo Horizonte e, em 1993, fundou com Sérgio Resende – e com apenas 16 carros – a Locarvel, já no setor de terceirização de frotas. De lá para cá, eles não pararam de crescer, investindo e adquirindo empresas de menor porte.

Em agosto de 2008, num golpe de sorte, Fernando e Sérgio se associaram à BV Empreendimentos, que injetou R\$110 milhões na empresa. Um mês depois, eclodiu a crise financeira internacional, que alterou drasticamente o cenário econômico e afetou fortemente o negócio da empresa. “O processo de *private equity* com o Banco Votorantim nos deu uma sólida posição financeira e, com isso, conseguimos crescer e investir numa época em que muitas empresas se afundaram em dívidas e algumas quebraram”. Ao contrário, diz ele, “nós estávamos preparados, conseguimos honrar nossos compromissos e continuar investindo no negócio, o que garantiu o crescimento da companhia.” De 2009 para 2010, mesmo com a crise, a frota da empresa cresceu 25%, chegando aos 20.550 veículos. “A abertura de capital já estava, então, sendo cogitada”. O aporte, enfatiza, foi fundamental para o projeto de abertura da empresa. Com o mesmo objetivo foram feitas cinco emissões de debêntures entre 2009 e 2012. Os resultados apareceram nas demonstrações financeiras de 2011.

A empresa alongou os prazos de novas captações e aumentou em 23% o caixa, reduzindo a dívida de curto prazo em 37%, relativamente a 2010. Entre 2010 e 2011, o Ebitda aumentou 42%, de R\$109 milhões para R\$155 milhões. A frota cresceu 24,4% e o faturamento, 26%, na comparação com 2010. Os investimentos em expansão e reno-

vação da frota somaram R\$313 milhões; o lucro líquido atingiu R\$22,5 milhões, quase o dobro do registrado em 2010; e a receita líquida subiu 26,4%, para R\$390,7 milhões. Aumento resultante, principalmente, da alta de 39,2%, ou R\$85 milhões, na receita com locação de veículos.

Porto afirma que trabalha por prazer, não só por dinheiro. “Dessa vida a gente só leva a vida que a gente leva”, filosofa. “Sou um empresário feliz, sou um homem feliz, amo o que faço”. A seguir, ele conta um pouco da trajetória de sucesso de sua empresa e dos planos daqui para frente.

Revista da Nova Bolsa – Quando vocês começaram a pensar na abertura de capital como opção? Por que lançar ações na Bolsa?

Luis Fernando Porto – Começamos a pensar na Bolsa em 2005, quando a líder do nosso setor abriu seu capital. Naquele ano, já começamos a auditar os nossos números e a fazer um diagnóstico do que precisávamos para chegar ao mercado de capitais. Estava começando, no Brasil, o *boom* de IPOs. Em 2007, empresas com crescimento da ordem de 40%, 50%, independentemente do tamanho e do segmento, já estavam pré-qualificadas a ir ao mercado de capitais e esse era o nosso cenário. Crescíamos 56% ao ano, em média, e começamos a ser assediados por bancos de investimento. No final de 2007, houve uma crise que paralisou o mercado. Naquele momento tínhamos dois caminhos: recuar ou buscar um fundo de investimento. Escolhemos a segunda opção. Em nenhum momento na nossa história pensamos em frear nossa expansão. Fechamos com o Banco Votorantim em agosto de 2008. Isso aconteceu em um momento importante, pois no mês seguinte a crise financeira internacional alterou drasticamente o cenário econômico e afetou fortemente nosso negócio. Com nossa alavancagem mais bem estruturada, conseguimos continuar crescendo e, dessa forma, promover uma reestruturação na companhia que culminou com o IPO em abril deste ano.

R.N.B. – Como a Locamerica foi preparada para o lançamento de ações?

L.F.P. – Foram quatro anos de preparação, iniciados em 2008, quando recebemos o aporte de capital do braço de *private equity* do Banco Votorantim. A partir daí, começamos a primeira etapa de um grande projeto para nos tornarmos uma das maiores empresas do



FERNANDO PELEGRINI

“

Começamos a pensar na Bolsa em 2005, quando o líder do nosso segmento abriu o capital; e começamos a auditar os nossos números e a fazer um diagnóstico do que precisávamos para chegar ao mercado de capitais

”



Investimos fortemente em gestão e governança e concentramos nossa preocupação em três pilares: rentabilidade, gente e clientes



mercado de terceirização de frotas do Brasil. Entre 2009 e 2012, fizemos cinco emissões de debêntures dentro de uma estratégia financeira que buscava o alongamento da dívida, a manutenção de liquidez alta e a redução de garantias. Iniciamos, então, um processo de profissionalização buscando extrair o máximo da combinação entre o conhecimento dos sócios-fundadores, com 19 anos de atuação exclusiva no setor, e uma nova visão de gestão e finanças trazida pelos novos sócios e executivos contratados.

R.N.B. – Desde o início desse processo a ideia era entrar no Novo Mercado?

L.F.P. – Sim. A estratégia que adotamos levava naturalmente à implantação das melhores práticas de governança corporativa. Passamos a exercer algumas atividades fundamentais para a manutenção da transparência, como reuniões mensais do Conselho de Administração, com a participação de um conselheiro independente, demonstrações financeiras trimestrais auditadas, formação dos comitês de precificação de locação, venda de seminovos e comitê de gente, com a participação de acionistas, conselheiros e dos principais executivos das áreas envolvidas. Nesse período, também desenvolvemos forte disciplina financeira e operacional, fruto de um modelo de gestão moderno. Fomos buscar as melhores ferramentas disponíveis no mercado. Nossos balanços são auditados por empresa de primeira linha, temos planejamento estratégico com desdobramento das diretrizes e acompanhamento de metas, gerenciamento da rotina, padronização dos processos com painéis de controle, escritório de projetos com metodologia PMO, orçamento base zero em funcionamento há três anos, além do programa de excelência que acaba de ser implantado. Com tudo isso, demos um salto de eficiência, com redução de custo e tempo de execução dos processos e nos tornamos uma empresa transparente e preparada para a segunda fase do projeto que se iniciou com nossa chegada ao mercado de capitais.

R.N.B. – Vocês decidiram manter o IPO mesmo após a ação ter sido precificada 18,2% abaixo do piso inicial?

L.F.P. – Decidimos manter porque, em momento algum, pensamos em projetos pessoais. Entendemos que era um bom momento e que a companhia estava preparada para dar esse importante passo. Acredito ser natural esse pequeno desconto já que a Bolsa ficou um bom tempo sem IPOs. Além disso, os benefícios com a abertura de capital serão muito maiores do que a redução que tivemos na precificação.

R.N.B. – Quais as principais dificuldades para que pequenas e médias empresas abram capital?

L.F.P. – A decisão de abrir mão do controle total da empresa e compartilhar as decisões estratégicas pode assustar o pequeno e o médio empresário. No entanto, acredito que um dos principais entraves à chegada dessas empresas na Bolsa é o custo para abrir capital. A implantação de uma governança corporativa é um processo duro e

dispendioso. Também é necessário profissionalizar a gestão, os processos e auditar os números, o que pode desanimar o empresário.

R.N.B. – De 2009 para 2010, a frota da Locamerica cresceu 25% e chegou aos 20.550 veículos. Como crescer mesmo em meio às incertezas provocadas pela crise financeira internacional?

L.F.P. – O processo de *private equity* com o Banco Votorantim nos deu uma sólida posição financeira e, com isso, conseguimos crescer e investir numa época em que muitas empresas se afundaram em dívidas e algumas quebraram. Nós, ao contrário, estávamos preparados e conseguimos honrar nossos compromissos e continuar investindo no negócio, o que garantiu o crescimento da companhia.

R.N.B. – Qual o segredo para crescer mantendo a boa saúde financeira? Nos últimos três anos, a Locamerica dobrou de tamanho: passou de 350 para 660 funcionários e de 15 mil carros para 29 mil.

L.F.P. – Investimos fortemente em gestão e governança e concentramos nossa preocupação em três pilares: rentabilidade – crescer com rentabilidade é muito mais importante e é o que faz a companhia continuar investindo; gente – está difícil atrair e reter talentos, por isso nós procuramos oferecer os melhores benefícios, excelente clima organizacional, salários alinhados com o mercado e queremos, nos próximos dois anos, estar entre as melhores empresas para se trabalhar; e nossos clientes – monitoramos o índice de satisfação, com pesquisas de institutos independentes. Nosso objetivo é manter uma posição de liderança no atendimento do cliente ao longo dos próximos anos.

R.N.B. – Quando traçaram a estratégia do lançamento de ações imaginavam que obteriam tão rapidamente elevação do *rating*? Pois o *rating* nacional de longo prazo da companhia subiu para A-, o que enquadrou a Locamerica no novo patamar de *investment grade* de empresas de alta qualidade de crédito pela Fitch Ratings.

L.F.P. – Sim, esperávamos. A melhoria na classificação é resultado de constantes investimentos e de forte disciplina financeira que busca a redução da alavancagem, o alongamento do perfil da dívida, diminuição de garantias e aumento da liquidez. O IPO foi uma etapa importante desse processo e coroou esse momento. Ficamos muito felizes em poder compartilhar com o mercado essa boa notícia.

R.N.B. – Em 2013, a Locamerica completa 20 anos. Quando vocês fundaram a empresa imaginavam que chegaria aonde chegou?

L.F.P. – Não, jamais imaginávamos. Começamos em 1993 com 16 carros e foi um longo caminho percorrido para chegar aos atuais 29 mil. Em 2000, nosso negócio começou a se expandir fortemente, mas eu e meu sócio ainda não tínhamos ideia da proporção que poderia tomar. Naquele ano, começamos a expansão nacional da Locamerica, abrindo a filial no Rio de Janeiro. Tínhamos 400 carros.



Pretendemos utilizar uma parcela dos recursos do IPO para fortalecer a estrutura de capital, reduzindo o custo financeiro pela contratação de um volume menor de financiamentos com taxas de juro e prazos de vencimento mais atrativos





Com uma estrutura de capital sólida, aliada à cultura de baixo custo, será possível viabilizar a estratégia de forte crescimento e riscos controlados



Dois meses depois, compramos uma segunda locadora e, com isso, o negócio cresceu 50%. Foi uma grande experiência porque, quando abrimos a filial no Rio, ainda não tínhamos ideia de como administrar a distância. Ao longo dos anos, isso foi se tornando natural e continuamos a expansão. Em 2002, abrimos a filial em São Paulo e foi uma grande escola, pois no mercado paulista existe uma competição de preço brutal. Somente em 2005, quando a líder do mercado abriu capital, tivemos acesso às informações de um concorrente e do mercado. Isso não existia antes. Foi quando vislumbramos que, para crescer, precisaríamos de mais capital e saímos em busca de parceiros para chegarmos onde estamos hoje.

R.N.B. – Houve mudanças de rumo durante esses anos?

L.F.P. – Houve alguns ajustes, mas não mudamos de rumo. O nosso negócio era terceirização de frotas desde o início e nós sempre nos preocupamos em qualificar nossos processos para garantir o seu fortalecimento.

R.N.B. – Quais as perspectivas para o setor de locação no Brasil?

L.F.P. – Nos últimos anos, o mercado de locação de frotas cresceu, em média, 12%, e deve continuar crescendo acima dos dois dígitos nos próximos anos. Estamos falando de um mercado que existe no País há apenas 40 anos e é bastante pulverizado, com baixa penetração. Desta forma, há boa perspectiva para as empresas que estão bem posicionadas nesse mercado e que possuem boa gestão e disciplina financeira.

R.N.B. – Quais as principais dificuldades desse setor?

L.F.P. – O setor de terceirização de frotas ainda é muito novo no Brasil e parte das empresas que atuam na área não tem *expertise* nesse mercado, fato que, às vezes, nos faz competir com concorrentes irracionais. Falta mão de obra qualificada. Além disso, mudanças inesperadas nas regras estabelecidas pelo governo, muitas vezes, impactam negativamente no setor.

R.N.B. – O setor de administração de frota é mais atraente do que a locação pura e simples? Por que o escolheram?

L.F.P. – A nossa atuação no setor de terceirização de frota não está baseada na questão de atratividade. Escolhemos a terceirização de frotas porque entendemos que é um negócio mais previsível e com maior potencial de crescimento.

R.N.B. – Qual a sua expectativa? Há espaço para crescimento nesse setor?

L.F.P. – As empresas brasileiras estão começando a enxergar as vantagens da terceirização de frotas. O grande atrativo é que quem escolhe esse serviço não precisa se preocupar com manutenção de veículos, pagamento de IPVA, administração de sinistros, licenciamentos, sem contar a redução das tarefas adminis-

trativas. Desta forma, ela pode focar em pontos mais estratégicos de sua empresa. Essa nova visão já está se refletindo no mercado. Basta ver o avanço dos últimos anos. E o potencial de crescimento e consolidação das grandes empresas de terceirização de frotas é enorme, se considerarmos que nos Estados Unidos, por exemplo, 90% da frota terceirizada está concentrada nas mãos de quatro grandes empresas. No Brasil, apenas 32% estão nas mãos de grandes empresas, os 68% restantes estão pulverizados em empresas menores.

R.N.B. – Em que serão investidos os recursos obtidos com o lançamento das ações? Quais os seus planos para a empresa? Crescer mais? Diversificar? Internacionalizar?

L.F.P. – Pretendemos utilizar uma parcela dos recursos de nossa oferta pública inicial de ações para fortalecer a nossa estrutura de capital, reduzindo nosso custo financeiro pela contratação de um volume menor de financiamentos com taxas de juro e prazos de vencimento mais atrativos. A outra parte será utilizada para expandir a frota. No momento, não pensamos em internacionalizar, pois o Brasil vive um período de crescimento surpreendente, tem boa posição em relação ao mundo e um mercado que cresce 12%. Olhar para o mercado internacional pode ser uma demanda de energia desnecessária. Oportunidades e desafios serão estudados e enfrentados, caso apareçam, mas não temos essa opção como estratégia neste momento. Acreditamos que uma estrutura de capital sólida, aliada a nossa cultura de baixo custo, nos deixará mais fortes e viabilizará a manutenção da nossa estratégia de forte crescimento e riscos controlados. Estamos preparados para aumentar nosso volume de negócios e melhorar nossa lucratividade.

R.N.B. – Em entrevista recente, o senhor disse que não trabalha mais por dinheiro, só por prazer. É possível ser um empresário bem-sucedido trabalhando por prazer?

L.F.P. – Dediquei muito da minha vida aos meus negócios porque, não tenho dúvida nenhuma, encontrei o que eu amo fazer. Em uma primeira etapa da empresa, trabalhava buscando apenas o dinheiro. A partir do momento que comecei a vislumbrar o futuro de um grande projeto e, ao olhar para trás, vi quanto a empresa havia crescido em 19 anos, senti muito orgulho. Isso é muito gratificante porque você transcende um pouco o simples ganhar dinheiro e começa a pensar seu negócio visando uma série de fatores e não só o financeiro. O dinheiro vem muito mais fácil quando se pensa assim. Sacrifiquei algumas coisas na minha vida pessoal, mas por algo que eu amo fazer e que eu faço com muito carinho, com muita dedicação. Foram muitos finais de semana de trabalho, muitas noites saindo da Locamerica de madrugada e voltando às 7h, mas valeu e continua valendo a pena. Não faria nada diferente. Vendo aonde chegamos tenho vontade de fazer mais e melhor. 

“

Pretendemos utilizar uma parcela dos recursos de nossa oferta pública inicial de ações para fortalecer nossa estrutura de capital, reduzindo nosso custo financeiro pela contratação de um volume menor de financiamentos com taxas de juro e prazos de vencimento mais atrativos

”

*SILVIA PENTEADO E THEO CARNIER SÃO JORNALISTAS.

POR QUE OS BRASILEIROS NÃO POUPAM MAIS



Mais renda, aumento da massa salarial, desemprego baixíssimo e oferta de crédito produziram, até há pouco, recordes no consumo, de eletrônicos e carros a imóveis – um movimento que, de resto, é indispensável ao avanço dos negócios e da própria economia

POR **JORGE WAHL*** FOTO **AGÊNCIA FOTOLIA**



Quem olha com ligeireza a euforia dos shopping centers é tentado a afirmar que o brasileiro típico é um pródigo irresponsável e a repetir que, como sempre, estamos nos endividando além da conta. A preocupação pode ser exagerada, mas tem sua razão de ser: o Brasil ainda poupa pouco, sobretudo, nas chamadas aplicações de risco. Se as famílias começam a se educar para gerir melhor seu orçamento, com mais equilíbrio entre o que reservam para poupar e o que destinam ao consumo, ainda falta muito para que se atinja um patamar satisfatório de poupança.

Não é, naturalmente, o caso de comparar com os asiáticos, em geral, herdeiros de uma tradição milenar de temperança, muito menos com a China, que, com baixos salários, sem previdência oficial e seguro-saúde (sem proteção na velhice, portanto), eleva a poupança à quase a metade do PIB. É preciso distinguir aí três situações: a poupança das pessoas e das famílias; a poupança das empresas; e a “despoupança” do setor público.

Quando se considera o conjunto do setor privado, a situação é melhor. Mas, entre as pessoas e famílias, começa a despertar a consciência da importância de incentivar e fazer crescer a poupança.

Na virada de 2011 para 2012, pesquisa do Instituto Data Popular mostrou que os brasileiros pretendiam poupar apenas 18,2% da segunda parcela do 13º salário. Ou guardar R\$21,5 bilhões na caderneta de poupança ou em outros produtos do mercado financeiro e de capitais. Quase a metade dessa poupança – ou R\$10,7 bilhões – viria da chamada nova classe média. “Esses recursos podem ser úteis para minimizar eventuais impactos da crise internacional na vida dos brasileiros”, resumiu Renato Meirelles, sócio-diretor do Data Popular.

Outra pesquisa, realizada pelo Ibope Inteligência, em 2011, mostrou que, num mundo em transformação, as respostas, com frequência, já não são as mesmas de anos atrás. A relação do brasileiro com o ato de poupar está mudando, sugerem alguns números. O levantamento, produzido a pedido da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), mostrou que, entre 1995 e 2011, por exemplo, caiu de 65% para 51% o contingente de brasileiros que não realiza qualquer tipo de investimento. É uma mudança significativa, em seis anos, revelando que há terreno para explorar.

POUPANÇA E FUTURO

À vista de sua evolução nos últimos anos, o dinamismo dos mercados brasileiros fala por si. Confirma o interesse das pessoas e instituições por aplicações, em

contraste com a crise na Europa e nos Estados Unidos. E isso se explica pelas melhores perspectivas no Brasil. Em 2011, segundo a Anbima, os gestores de fundos de investimento contabilizaram carteiras administradas de R\$1,925 trilhão, 16,07% mais do que em 2010.

A indústria brasileira de fundos ocupa o sexto lugar no mercado global, com 4,3% de market share (participação nos fundos de todo o mundo). A posição relativa do País mudou: nos últimos quatro anos, o Brasil cresceu 82,7% em participação nos negócios em escala mundial, e está mais perto do terceiro colocado, a França – não será surpresa se esta for alcançada até 2016.

Em 2011, o volume financeiro no segmento Bovespa, ou seja, relativo a operações com ações, alcançou a marca de R\$1,61 trilhão, resultado superior ao de 2010 e novo recorde histórico. As ações foram, na última década, um dos ativos que mais cresceram entre os instrumentos de captação de poupança – o market capitalization, ou indicador da capitalização medido pelo valor das ações negociadas, passou de 31,6% do PIB, em 2000, para 59,1%, em 2011, segundo o Centro de Estudos do Mercado de Capitais (Cemec), instituição dirigida pelo economista e estudioso do setor, Carlos Antonio Rocca, da USP. Em abril último, o market capitalization das 373 ações negociadas na Bolsa era de R\$2,47 trilhões.

QUEM APLICA EM AÇÕES

Um balanço dos aplicadores em ações dá ideia da importância dos investidores em mercados de risco – ou seja, entre os que visam mais ao longo prazo e querem participar dos lucros das empresas. No final de 2011, chegou a 583,2 mil o número de brasileiros que investem diretamente na Bolsa. Indiretamente, muitos mais aplicam em ações, mas o maior volume ainda é dos antigos cotistas dos fundos 157, que deixaram valores ínfimos aplicados em ações – e nem vão atrás do dinheiro.

No campo da previdência, o quadro é mais expressivo. Entre 1999 e 2011, aumentou de 3,4 milhões para 12 milhões o número de beneficiários de planos de previdência aberta, cujas carteiras, em geral, são parcialmente formadas por ações. Os dados acompanham o volume gerido pela previdência privada, cujo crescimento, nos últimos 12 anos, atingiu taxa média anual de 25% – e as projeções para os próximos anos continuam favoráveis. “O setor tem espaço para dobrar de tamanho em número de planos, pelo menos, nos próximos cinco anos”, acredita Renato Russo, vice-presidente da Fenaprevi.

Do lado da previdência privada complementar oferecida por empresas, sindicatos e associações aos seus

empregados e profissionais liberais – isto é, pelos fundos de pensão – o crescimento também é forte. Os fundos de pensão fecharam 2011 com patrimônio da ordem de R\$600 bilhões, 6% mais do que os R\$565 bilhões de 2010. Esses fundos têm cerca de 2,5 milhões de participantes ativos e 6,5 milhões de beneficiários.

Cotejada com os números dos países desenvolvidos já estabilizados e agora sacudidos pela crise, a evolução e o potencial brasileiros são favoráveis. E as perspectivas do setor são confirmadas por análises de maior profundidade produzidas no campo acadêmico.

ESTADO VERSUS SETOR PRIVADO

Em termos macroeconômicos, a poupança doméstica brasileira declinou de 22% do Produto Interno Bruto (PIB), entre 1985 a 1994, para 16,5%, nos últimos dez anos. É um percentual muito inferior aos 40% da China, aos 30% dos países do sul da Ásia, aos 29% do leste asiático (compreendendo o Japão). Perdemos para os modestos 25% da América Latina e do Caribe, os 22% da problemática Europa, até para os 20% da África. Mas tabelas e gráficos contam uma história diferente, pois enquanto os agentes privados poupam, o Estado brasileiro figura como vilão das estatísticas. “O problema está localizado no setor público, que absorveu 15,9% da poupança do setor privado para financiar as suas despesas”, resume Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia de São Paulo (FGV).

As estatísticas do Cemic mostram que, pagos os impostos, o setor privado poupa o equivalente a 27,8% do Produto Interno Bruto (PIB) – um resultado que não faz feio diante das taxas de poupança de outros países, como o Japão. O problema é que o Estado brasileiro despoupa 5,7% do PIB.

Rocca acredita que “a poupança do setor privado brasileiro não só é compatível com a exibida pelos demais países, como também vem se mostrando estável ao longo do tempo”. Em nenhuma década desde os anos 1980, esse percentual caiu abaixo de 26,1% do PIB, embora nesse período os brasileiros tenham enfrentado os horrores da hiperinflação e da recessão, em meio a períodos de crescimento e até de estabilidade.

Quanto ao governo, acrescenta o professor Lauro Modesto, pesquisador do Cemic, prevalecem obstáculos poderosos – como a enorme inflexibilidade nas despesas, expansão dos gastos com pessoal e déficit previdenciário crescente. (Mas, neste caso, a situação tende a melhorar com a criação do Funprev, para os novos servidores federais).

O Estado não apenas empurra para baixo o percentual do PIB que o País consegue poupar, como cria obstáculos à poupança do setor privado. Para o economista e consultor Paulo Rabello de Castro, há uma combinação perversa de fatores – elevada carga tributária, juros altos, alta contribuição previdenciária e câmbio valorizado. Assim se exaure a capacidade de poupar dos agentes privados.

“Para elevar a poupança privada é preciso, mexer em nosso modelo tributário disfuncional”, nota Castro. O objetivo seria elevar o lucro retido das empresas, que assim teriam o caminho aberto para poupar e, na sequência, investir. “O Estado, autoritariamente, também interfere obrigando as pessoas físicas a poupar no FGTS, que remunera mal e toma o lugar de outros ativos mais da preferência do trabalhador”.

Na opinião de Nakano, da FGV, tudo está muito claro: “A baixa taxa de investimento é a causa da baixa taxa de crescimento da economia brasileira e ela é baixa porque a taxa de juros e a carga tributária são elevadas”.

INEFICIÊNCIA CONSOME ENERGIAS

“A ineficiência do setor público sem dúvida consome as energias e reduz a poupança dos agentes privados”, resume o professor Iran Siqueira Lima, da Fundação Instituto de Pesquisa Contábil, Atuarial e Financeira (Fipecafi), ligada à Universidade de São Paulo. Mas, se o intuito for fazer as pessoas participarem mais da formação da poupança, a seu ver os entes privados, e não apenas o governo, poderiam fazer mais. Os instrumentos oferecidos à população para poupar ainda padecem do mal de uma excessiva complexidade (acrescente-se, até a caderneta de poupança perdeu um pouco da simplicidade, nas contas abertas a partir de 4 de maio).

“Os produtos deveriam ser mais simples e as opções explicadas nos primeiros anos da escola”, diz Iran, elogiando os esforços do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec) para passar do papel às salas de aula as ações educacionais desenhadas na Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), iniciativa que reúne governo e mercados.

Por mais que se saiba que os resultados só virão no longo prazo, algo deve ser feito para abreviar o processo – acrescenta – e tornar as escolhas disponíveis mais acessíveis ao entendimento do brasileiro comum. Acessibilidade e participação existem, por exemplo, nos clubes de investimento fomentados pela BM&FBOVESPA, assinala Iran Lima. Em abril, havia 2.742 clubes, núme-

ro quase cinco vezes maior do que uma década atrás e o maior mérito aí é a possibilidade de o pequeno investidor (no final do primeiro quadrimestre de 2012, eram 108 mil investidores) poder acompanhar e até mesmo influenciar as decisões de alocação dos recursos. “As pessoas podem se reunir e discutir”, afirma Iran, que vê nisso um dos pontos mais positivos do modelo. É uma vitrine e tanto para atrair os iniciantes e engordar o contingente total de 575 mil investidores pessoas físicas cadastrados na Bolsa.

FUNDOS DE PENSÃO

Entre 2005 e 2011, segundo a pesquisa do Ibope Inteligência, a fatia da população que investe em fundos de investimento cresceu de 4% para 7%. E o número dos que poupam em planos de previdência privada de bancos e seguradoras foi, no mesmo período, de 2% para 7%. A maturidade, é claro, induz a novos comportamentos associados a atitudes responsáveis. Ao penetrar mais fundo no perfil dos investidores, a pesquisa constata outros dados importantes: em seis anos, a participação do grupo dos casados saltou de 57% para 70% do contingente de investidores. Entre aqueles com idades de 30 a 49 anos, o percentual dos que investem passou de 45% para 57%.

As estatísticas também lançam luz sobre o comportamento de quem poupa via previdência. Entre janeiro e setembro de 2011, segundo estudo da Brasilprev Seguros e Previdência, o tíquete médio de contribuição dos planos de previdência privada no Nordeste cresceu 18%, quatro pontos percentuais acima da média do País (14%). O valor desembolsado mensalmente para a previdência é de R\$235, na região nordestina, pouco inferior aos R\$255 da média Brasil. De acordo com a Brasilprev, a região Sudeste registra a maior média de aportes mensais (R\$272), seguida pela região Sul (R\$254) e Centro-Oeste (R\$242). Mais prudentes que os homens, as mulheres são as que mais aplicam em planos de previdência.

Do lado dos fundos de pensão, isto é, da previdência privada oferecida pelas empresas a seus funcionários, pelos sindicatos, associações e conselhos de profissionais liberais, também é possível ter uma ideia do perfil desse brasileiro que poupa visando o longo prazo. Segundo a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), o número de participantes dos fundos de pensão é da ordem de 2,9 milhões, mais homens (66,1%), do que mulheres (33,9%). Desse total, cerca de 700 mil já recebem os benefícios. A aposentadoria complementar é mais recebida por homens

(74,3%) do que por mulheres (25,7%), ao contrário do que ocorre com as pensões, em que o público recebedor é majoritariamente feminino (82,7%), restando 17,3% para o masculino.

Os fundos de pensão (235 dos existentes são patrocinados por empresas privadas e estatais, 45 por órgãos estaduais, 37 por organismos federais e 19 foram instituídos por sindicatos e associações) pagam regularmente todos os meses mais de R\$2 bilhões em benefícios. Em média, isso representa acréscimo de três a quatro salários ao benefício previdenciário. Os titulares que já recebem benefícios desses fundos ganham, em média, R\$3.142 e os pensionistas, R\$1.633 por mês.

TESOURO DIRETO

Uma das aplicações que mais vem conquistando o interesse dos aplicadores é o Tesouro Direto. Uma década depois do seu lançamento, o Tesouro Direto atrai os investidores devido ao retorno competitivo em renda fixa e ao baixo custo. Em 2011, a venda de títulos nesse segmento atingiu R\$3,6 bilhões, 58% mais do que em 2010. Mais de 280 mil investidores estão cadastrados. Os juros nominais variaram, em 2011, entre 9,26% a 16,35% anuais.

O Tesouro Direto é uma tentativa – bem-sucedida, até agora – de democratizar o acesso aos títulos públicos, atraindo o interesse dos pequenos investidores e incentivando a formação de poupança de longo prazo. Para 2012, o Tesouro Nacional e a BM&FBOVESPA, parceiros nesse produto, anunciaram inovações como valores de aplicação a partir de R\$30, compra agendada de títulos por um período de tempo definido pelo investidor, reaplicação agendada dos juros pagos aos aplicadores e vendas pré-agendadas para os aplicadores que buscam compor um fluxo com características de renda mensal.

Educação previdenciária e ativos atraentes terão sempre importância no esforço para fazer o brasileiro poupar mais. Consumir é bom, desde que com equilíbrio – e certamente nunca reproduziremos integralmente por aqui a alma asiática. Segundo os dados do IBGE, 88,4% da poupança bruta total do Brasil ainda é gerada pelas empresas – são lucros retidos e dividendos. Aos poucos, a consciência pró-poupança que pessoas e famílias começam a demonstrar é captada pelas pesquisas. Ainda é pouco, mas o comboio já se movimenta. 

* JORGE WAHL É JORNALISTA.

O BRASIL, NO TOPO DA SATISFAÇÃO PESSOAL



Recordista mundial em “felicidade futura”, bem acima dos demais países BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil mostra que renda e patrimônio podem ajudar, mas não determinam o grau de satisfação do povo, como evidenciam os estudos do Centro de Pesquisa Sociais da FGV e da pesquisa do Instituto Gallup

POR JOSÉ ROBERTO NASSAR * FOTO AGÊNCIA FOTOLIA

Não só em carnaval, mulatas e futebol – neste já faz algum tempo – que o Brasil é campeão mundial. Outro símbolo, tão importante quanto, vem ganhando terreno nos últimos tempos e já se pode dizer que o brasileiro, mais do que o Brasil, é recordista mundial em “felicidade futura”, um tetracampeão. Não são os ricos os mais felizes. Surpreendente? É mesmo. Mas é o que revelam estudos do Centro de Pesquisas Sociais (CPS) da Fundação Getulio Vargas (FGV), com base em pesquisa global do Gallup. Considerando, em 2011, a expectativa de satisfação com sua própria vida em 2015, o brasileiro cravou a nota de 8,6, numa escala de zero a dez. Assim, pelo quarto ano consecutivo, galgamos o topo do ranking: a média mundial, num universo de 132 países pesquisados, é 6,7. Os BRICS ficaram longe: África do Sul, com 7,7 (27º lugar); Rússia, 6,4 (105º); China, 6,2 (111º); Índia (119º). Mais ainda os países em convulsão: em 2011, a Síria estava no último posto.

Outra surpresa do trabalho do CPS/FGV, que começou com o estudo “De volta para o futuro”, recentemente incorporado no livro *A nova classe média – O lado brilhante da base da pirâmide*: quando pensa no futuro próximo, e responde à pergunta subjetiva da pesquisa, o brasileiro dá a si mesmo uma cotação maior do que reserva ao País. No caso do Brasil como uma nação, a nota desse indicador batizado de Índice de Felicidade Futura cai dois pontos, no mesmo período e na mesma escala. “A felicidade geral da nação é menor do que a soma das felicidades de cada um”, afirma Marcelo Neri, coordenador do CPS e dos trabalhos. “O problema é mais do Brasil do que de cada brasileiro”.

SAMBA, FADO OU TANGO

Difícil explicar essa dicotomia individual versus coletivo e essa aparente contradição, mas Neri dá algumas pistas. No aspecto “egoísta”, deve-se dizer que os últimos anos têm registrado efetiva melhora de vida, aumento da renda, acesso a bens materiais, ascensão de milhões ao patamar da classe média – todos os ingredientes necessários, embora não suficientes, para compor o que se chama de bem-estar, ou satisfação, ou, enfim, felicidade. “Essa dissonância entre percepções é uma marca tupiniquim, a nossa jabuticabeira”, diz Neri. O brasileiro é otimista de verdade, acha que as coisas vão continuar a melhorar para ele, sua “profissão é a esperança” (como na famosa peça teatral), e até Deus pode ser brasileiro. Mais ainda, é jovem. Por isso, poupa pouco, investe pouco em previdência e não se importa com a ainda elevada

taxa de juro – ela será digerida no futuro. (Acrescente-se aqui uma tese do economista Pêrsio Arida, segundo a qual preferimos investir na educação dos filhos a poupar, na expectativa de que eles cuidem de nós na velhice). “Nossa música é o samba, enquanto a de Portugal é o fado [tristeza] e a da Argentina, o tango [drama ou melodrama]. Quer dizer, não arquivamos um fulgor passado cuja memória insiste em nos dominar.

Ao mesmo tempo, no aspecto “solidário”, segue Neri, o brasileiro é individualista, carrega ainda muito daquela “malandragem do carioca”, provavelmente ainda “quer tirar vantagem em tudo, como na famosa lei de Gérson”, e deve achar que os grandes problemas são de natureza coletiva, não individual (a responsabilidade é dos outros?). “Somos mais cigarras do que formigas”. Os avanços são notórios no conjunto, mas ainda restam “problemas coletivos concretos, como desigualdade, informalidade, inflação, violência/criminalidade, falta de democracia/cidadania, atraso escolar, entre outros”. Acrescenta Neri: “O Brasil não é um país pobre, mas temos muitos pobres, pois somos desiguais”.

CIGARRA E FORMIGA

É improvável que se possa adivinhar quando as duas percepções divergentes, individual versus coletivo, possam se aproximar. Ainda estamos no meio do caminho. Nas contas de Neri, o Brasil está exatamente na média mundial quando se fala em distribuição de renda e até de acesso à internet, objeto de outro estudo do CPS, recém-lançado, sobre inclusão digital. Ainda falta muito, mas talvez cheguemos lá, a persistirem os avanços conquistados nos últimos anos, que já começam a nos dar a forma de “meia cigarra e meia formiga”.

Pois a evidente melhora nos indicadores materiais tem sido registrada nos quatro cantos do País, a começar pelas pesquisas do próprio CPS/FGV. Três anos atrás o Brasil tornou-se um país de classe média, segundo o CPS. No ano passado, a classe C (“sociólogos relaxem”, adverte Marcelo Neri, “estamos falando de estratos econômicos e não de classes sociais, como proletariado e burguesia”) já representava 55% da população. Chegará a 60% em 2014, enquanto as classes D e E cairão de 33% para 25% no mesmo período e as classes A e B, os ricos daqui, subirão de 12% para 15%. Considerando o período 2003-2014, estamos falando da ascensão social de 42 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, diminuirá a pobreza: em doze meses terminados em janeiro de 2012, de acordo com o CPS, a pobreza caiu 7,9%, “ritmo três vezes mais rápido que o da meta do milênio da ONU”.

FIB EM VEZ DE PIB

A constatação de que o crescimento econômico, por si só, não traz felicidade, vem ganhando terreno no Brasil e lá fora. Embora não se possa exigir do PIB o que ele não pode dar – ambientalistas dizem, por exemplo, que o cálculo do PIB não considera os desastres ambientais, mas apenas os gastos para enfrentá-los –, multiplicam-se as iniciativas que procuram desenhando uma mensuração mais ampla do bem-estar das pessoas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) sancionou, em resolução de 2011, antiga proposta que, considerando o PIB insuficiente, incentiva os países a criar seus próprios índices de Felicidade Interna Bruta (FIB). A ideia, já implantada no Butão, país asiático que, paradoxalmente, é um dos mais pobres do mundo, envolve uma cesta de ingredientes múltiplos, de cidadania e solidariedade social aos indicadores de liberdade política, passando por rubricas como riqueza, segurança no trabalho, relacionamento entre colegas de empresa, relações familiares, meio ambiente, avanço das redes sociais, padrões éticos de produção, saúde, desemprego (que pode provocar tanta infelicidade quanto a privação de alimentos ou o divórcio). Foi tema para a Rio+20.

Aqui entre nós, um braço da FGV, que tem mostrado dinamismo em vários campos de atividade, resolveu criar o seu próprio FIB: o núcleo na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Será, naturalmente, adaptado às condições brasileiras, mas a matéria-prima é a mesma: educação, saúde, renda, violência, diferença salarial entre homens e mulheres, por exemplo.

ÍNDICE QUANTITATIVO

Também certo de que não há evidência clara de uma relação entre crescimento do produto per capita e felicidade, o Banco Itaú associou-se a essa discussão. Lançou, em abril, seu próprio Índice Itaú de Bem-Estar Social, sob a coordenação do economista Caio Megale. Diferente de alguns estudos, optou por limitar o voo e buscar um indicador objetivo, fugindo das perguntas subjetivas tipo “você estava feliz ou muito feliz ontem?”. Seguiu o padrão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado, em 1990, por Amartya Sen, economista indiano e prêmio Nobel, que abrange três pontos: longevidade, educação e renda. Mas vai além dele. Trata-se, portanto, de um índice quantitativo, que tem três âncoras: condições econômicas (consumo, emprego, renda); condições humanas (saúde, mortalidade infantil, saneamento, taxa de homicídios, educação, expectativa de vida, até banheiro em casa); desigualdade social (recorrendo a índices tradicionais, como o de Gini). Faltou meio ambiente – “não dá para generalizar a poluição de São Paulo” – mas sua inclusão poderá ocorrer nas próximas edições. Na comparação das curvas PIB versus Índice, nota-se que o PIB avançou mais nos últimos anos. Mais uma razão para criar, como diz o trabalho de Megale, “um indicador que forneça informações adicionais para ajudar a entender melhor a evolução da sociedade brasileira”.

TOP DO POP OU POP DO TOP

Em contrapartida, cresce a renda per capita – em maior ou menor ritmo, independentemente das crises externas, pelo menos até agora. E abrem-se novas perspectivas para as faixas do centro para o topo da pirâmide: quem está na fronteira entre as faixas, tende a subir da C para a B e, desta, para a A. Estudo do Ibope revela que, em 2015, a classe B terá maior potencial de consumo, em volume de dinheiro, do que a C, embora seja menor em números absolutos. Já se fala até numa “revolução do B”. Em recente entrevista ao *Estadão*, o arquiteto Júlio Takano, especializado em arquitetura de varejo, registrou a grande demanda das lojas em criar ambientes atraentes a esse novo consumidor, que pesquisa preços, mas também busca grifes: o “novo B” quer o “top do pop” ou o “pop do top”. Deseja, portanto, coisa melhor: como revela outro estudo, desta vez do Data Popular, já tem geladeira, tevê, fogão e busca agora por novos serviços, como TV a cabo.

Paralelamente, observa-se redução na informalidade: bastaria ver a expansão dos empregos com carteira assinada, que quebrou alguns mitos a respeito da inflexibilidade da legislação brasileira, mas a FGV, por meio de outro de seus institutos, o IBRE, fez estudo específico revelando que a informalidade, em sete anos, caiu de 33% para 22% (sobre o total dos empregados, menos os por conta própria). O mesmo ocorre quanto à desigualdade: segundo o CPS, o Índice de Gini – em que zero representa igualdade total – caiu de 0,596, em 2001, para 0,519, em janeiro de 2012, ficando “3,3% abaixo de seu piso histórico de 1960”. Pesquisa do departamento de estudos econômico do Bradesco mostra outro dado relevante: em 2009, a renda dos 10% mais ricos era 16,7 vezes maior que a dos 40 mais pobres; em 1989, essa diferença tinha chegado a 30% – e vem caindo. Qual é a tendência de agora em diante? Talvez a marcha se reduza um pouco, em parte porque a base já é bem grande, em parte por conta da desaceleração da economia. Mas tem tudo para seguir em frente, à luz das atuais condições de temperatura e pressão.

INFUSÃO DE ESPERANÇA

A evolução da renda que se viu até aqui dá face concreta à sensação de bem-estar ou de felicidade ou de contentamento ou algo que se encaixe nesses conceitos. E amplia horizontes até (ou principalmente) nas camadas situadas na base profunda da pirâmide. É o que ocorre com os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família: eles proporcionam algo notável, uma infusão de esperança. Estudo da pesquisadora Esther Duflo, economista do Massachusetts Institute of

Technology (MIT), mostra que esse tipo de programa vai além do impacto direto dos recursos: possibilita aos muito pobres “esperar por algo mais que a mera sobrevivência” (*The Economist*, 12/05).

No entanto, acima de determinado patamar, dominados os bens materiais disponíveis, os ganhos de renda já não seduzem tanto, já não esgotam a sensação de bem-estar. Isso explica porque os ricos não lideram os rankings de “felicidade”. O primeiro país rico a aparecer na mais recente pesquisa global do Ipsos é a Austrália, ainda assim em quinto lugar. A pesquisa pede respostas subjetivas (sempre sujeitas a autoenganos, claro, como qualquer levantamento desse tipo) a respeito de “felicidade presente” (diferente, portanto, da CPS/Gallup) e situa Indonésia, Índia, México e Brasil entre os quatro primeiros, pela ordem. Mensurações desse tipo levaram os estudiosos a indagar-se qual a nota de corte acima da qual outros valores, além do dinheiro, se levantariam para prover felicidade. É mais ou menos comum encontrar o divisor de águas numa renda nacional per capita de US\$25 mil anuais. No Brasil, ainda patinamos em torno de US\$10 mil.

ILUMINISMO E ÉTICA

No Brasil, o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, estudioso de filosofia, é um dos que mais se dedica ao tema. Escreveu *Felicidade* (Companhia das Letras, 2002) para discutir porque as promessas de progresso técnico e científico propiciadas pelo Iluminismo só vingaram em parte. As promessas trouxeram riqueza, bem-estar material, produtividade, renda, consumo (de forma desigual, em se tratando da população global), mas não se traduziram em aprimoramento ético e político – em tantos outros valores, alegria, prazer, sentido de realização, coragem, reflexão e leitura, coisas do espírito. Na época em que escreveu, virada do milênio, a nota de corte mencionada pelo autor era de US\$10 mil – mas certamente isso já ganhou atualização diante das mudanças de preços relativos porque passou o mundo, nesses poucos anos.

Nos Estados Unidos, os acadêmicos Daniel Kahneman (prêmio Nobel) e Angus Deaton (com quem Marcelo Neri estudou na Universidade de Princeton) vêm aprofundando seus estudos sobre as relações entre dinheiro e bem-estar. Em 2010, escreveram um *paper* no qual distinguem “bem-estar emocional” (caracterizado por fatores da experiência pessoal cotidiana, como alegria, fascínio, ansiedade, tristeza, raiva, afeição) e “avaliação da vida” (quando a pessoa responde o que pensa da própria vida). Seria ótimo se as duas linhas pudessem ca-

minhar juntas, mas obviamente isso nem sempre acontece. O dinheiro pesa até certo ponto. Acima da renda de US\$75 mil dólares anuais (padrões americanos, claro), segundo os autores, o dinheiro já não é mais importante para o bem-estar emocional, quer dizer, quando se trata de felicidade, satisfação, tristeza ou estresse. “A dor dos infortúnios da vida, incluindo circunstâncias como divórcio, doença e solidão, produzem efeitos tanto para pobres como para ricos”, escrevem Kahneman e Deaton, embora ela seja “exacerbada pela pobreza”.

COINCIDÊNCIAS DO FINAL 4

Estamos muito distantes dessas referências americanas – e sempre haverá quem diga que os pobres são felizes por natureza. Mas estamos caminhando. O notável russo Fiódor Dostoievski, só para lembrar menção feita por Eduardo Giannetti, em seu *O livro das citações* (Companhia das Letras, 2008), escreveu: “O ponto principal não é para onde vai uma estrada, mas que vá a algum lugar (...). Talvez o único propósito do homem neste mundo consista no processo contínuo de perseguir um objetivo – viver – e não propriamente no objetivo em si, que é uma fórmula, algo que não é a vida, mas o princípio da morte”.

Nossa estrada passa muitas vezes pelo final 4, coincidência que Marcelo Neri destaca: 1964, início do governo militar; 1974, começo da distensão política depois do primeiro choque do petróleo; 1984, Diretas já; 1994, Plano Real; 2004, retomada do crescimento e marco da redução da desigualdade. “Isto sem falar na ruptura decorrente do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, que nos é particularmente cara na FGV”, escreveu, para acrescentar: “Seguindo nesta tradição, o que 2014 nos reservaria para além da Copa do Mundo e das eleições? Coroaria dois períodos de crescimento inclusivo, iniciados em 2004 (depois da recessão interna de 2003 e mesmo com a crise global de 2009)? Como os dados sugerem, se o período 2010-14 constituir de fato uma nova pequena década, então os onze anos de 2003 a 2014 terão sido uma grande década.”

Somos ainda jovens e pobres, e levaremos muitos e muitos anos para alcançar os US\$75 mil de renda anual per capita – o que nos abre espaço para continuar a sonhar com o futuro, juntando riqueza, igualdade e bem-estar. Quando chegarmos lá, talvez ganhemos o troféu de “felicidade presente”, não só o de “felicidade futura”. E, quem sabe, não mais enquanto indivíduos, mas como País. 

* JOSÉ ROBERTO NASSAR É JORNALISTA ECONÔMICO.



INVESTIR, CONSUMIR E SER FELIZ!

"DINHEIRO NA MÃO É VENDAVAL / DINHEIRO NA MÃO É SOLUÇÃO / É SOLIDÃO!"

Os versos da música *Pecado Capital*, de Paulinho da Viola, contêm um dito popular e retomam a discussão da relação entre felicidade e riqueza

POR **FABIO GALLO GARCIA*** FOTO AGÊNCIA FOTOLIA

A relação entre renda e felicidade é antiga e controversa porque sempre vem à mente a pergunta: Afinal, o que é felicidade?

Não é intenção fazer aqui um tratado sobre a felicidade, mas estabelecer a sua relação com o consumo e o investimento.

O progresso médico, científico, econômico-financeiro e o conforto material permitiram que vivêssemos mais e melhor.

Isso nos tornou mais felizes? A busca da resposta pode ocorrer por vários caminhos. Ciências como filosofia, teologia, sociologia, antropologia, medicina, entre outras, sempre buscaram respostas e apresentam a felicidade de acordo com sua própria visão.

Alguns autores e estudiosos admitem que a felicidade depende de:

- 50%: causas genéticas;
- 10% a 20%: circunstâncias da vida como idade, saúde, renda, ocupação, origem étnica, religião etc.;
- 30% a 40%: como a pessoa pensa e age – e isso depende de nós.

O professor Eduardo Giannetti da Fonseca percorre o pensar filosófico e diz: “Discutir a felicidade significa refletir sobre o que é importante na vida. Significa ponderar os méritos relativos de diferentes caminhos e pôr em relevo a extensão de hiato que nos separa, individual e coletivamente, da melhor vida ao nosso alcance”.

Ele segue longa tradição de discussão sobre a felicidade que começa com os filósofos gregos. Particularmente, em Aristóteles (384 aC), na *Ética de Nicômaco* que trata da eudemonia. O que para alguns filósofos era o supremo bem, para Aristóteles significava a essência do homem e a atividade que, por sua essência, lhe é adequada. Como homem é um ser racional, o pensamento é a expressão de sua essência, o meio para a realização de seu fim, de seu bem supremo.

O pensar filosófico sobre a felicidade é encontrado, também, em Epicuro (307 aC), fundador do epicurismo, que em sua carta a Meneceu, conhecida como “A Carta sobre a Felicidade”, escreveu, em seu início: “é necessário, portanto, cuidar das coisas que trazem a felicidade, já que, estando esta presente, tudo teremos, e, sem ela, tudo faremos para alcançá-la. Prática e cultiva então aqueles ensinamentos que sempre te transmiti, na certeza de que eles constituem os elementos fundamentais para uma vida feliz”.

O pensar sobre a felicidade continua com o utilitarismo de Bentham, Stuart Mill, Locke, Hobbes, que, na tradição do pensamento aristotélico, traz que o fim

da conduta do homem é a felicidade. Hobbes, em particular, trata como axioma ético fundamental a conduta correta: é a que promove o nosso próprio bem-estar e os códigos morais dominantes em uma sociedade só podem ser justificados se servem ao bem-estar daqueles que os observam.

Neste pensar, podemos chegar a Alasdair MacIntyre, que cita o homem virtuoso não como aquele que faz o bem por medo de ser punido por fazer o mal, mas sim, aquele que faz o bem, pelo bem em si.

No caminho desses pensamentos podemos admitir que o comportamento financeiro das pessoas seja uma possível janela para essa reflexão.

Daí outra importante pergunta deve ser feita:

TER MAIOR RENDA, INVESTIR E CONSUMIR TRAZEM FELICIDADE?

A resposta para esta questão é muito difícil e depende de cada pessoa. Mas, alguns estudos e pesquisas nos dão respostas que levam a pontos comuns.

Uma pesquisa que pode ser citada é a publicada pela revista *Consumer Reports* que, em 2011, procurou descobrir, com mais de 24 mil pessoas acima de 55 anos, qual era o grau de satisfação com suas finanças e suas vidas. O ponto comum encontrado foi que a paz mental tinha muito pouco a ver com altos salários e padrão de vida. As respostas referiam-se a aproveitar o bom estado de saúde, ter hobbies, poupar, ter amigos e estar em algum emprego que trouxesse algum tipo de plano de benefícios para a aposentadoria. A mesma pesquisa indicou que mesmo aqueles com menor grau de poupança estavam altamente satisfeitos com a sua aposentadoria. O importante foi terem se programado para viver com a renda que possuem.

Outro texto em que encontramos muitas pistas sobre a relação entre renda e felicidade é o artigo “Sobre o consumo e a felicidade”, de Luigino Bruni. O autor cita algumas fortes pistas sobre a relação entre renda e (in) felicidade. Uma das respostas é que o aumento de renda pode ser acompanhado de uma diminuição da felicidade e isso está ligado à queda do consumo de bens racionais: “Muitos, talvez a maioria, dos prazeres da vida não têm preço, não estão à venda e, assim, não fazem parte do mercado” Outra resposta encontrada é que a diminuição da felicidade vem da redução da capacidade de dar, do altruísmo.

Bruni conclui, ainda, no artigo em referência: “Além disso, consumir mais não significa necessariamente consumir mais mercadorias. Devemos alargar a categoria

de bem econômico para incluir aí relações, encontros pessoais. Podemos consumir mais consumindo melhor, consumindo diversamente (pensemos no desafio do consumo crítico), dedicando mais tempo aos outros, não para vender e comprar também a amizade ou um sorriso, mas, pelo menos, para reconhecê-los como bens e não destruí-los; e talvez para criar as condições, culturais e institucionais, necessárias à reprodução de bens que estão se tornando cada vez mais escassos”.

AFINAL, O QUE SIGNIFICA INVESTIR?

Investimos para manter a nossa riqueza. Aplicamos recursos como reserva de valor. E isso somente nos fará felizes se estiver de acordo com o nosso próprio fim, que é, em suma, a nossa própria finalidade ética e assim promova o nosso bem-estar. Com base neste pensamento podemos admitir que não é investindo em qualquer coisa, obter lucro a qualquer preço que nos fará felizes.

Quantos de nós investimos em ações, por exemplo, observando somente a relação risco e retorno e ficamos satisfeitos com os resultados positivos e rentabilidades obtidas sem, no entanto, perguntar como os lucros das empresas que estamos investindo são obtidos?

Tomemos o exemplo de alguém que invista em ações de uma empresa que obtenha lucros por meio de trabalho escravo, mão de obra infantil, gere muita poluição, use de atos ilegais ou de corrupção. Essa pessoa seria feliz em seus investimentos? Ela estaria cumprindo o seu fim ético?

Acredito que a resposta a estas perguntas seja não. Investir em algo que traga danos às pessoas, ao meio ambiente, à sociedade contraria a nossa conduta moral e nos traz infelicidade. Por isso, hoje temos tanto movimentos em prol da transparência, da governança corporativa e da sustentabilidade. Tanto é que a BM&FBOVESPA mantém dois índices relacionados à sustentabilidade e três à governança corporativa, além de seus índices amplos e setoriais.

Individualmente, se faz necessário questionarmos como as empresas em que investimos obtêm lucro. Quais são as atividades por elas desenvolvidas. Qual o grau de poluição gerado?

Coletivamente, temos outros questionamentos importantes. O PIB global é da ordem de US\$55 trilhões. Mas o volume anual de negócios com ativos financeiros com elevado grau de risco supera US\$690 trilhões, doze vezes mais. Embora esses riscos, grosso modo, sejam uma fração do total de negócios, eles são elevados e nem

sempre são decorrência de operações de hedge, sua finalidade última.

Vivemos em um mundo de muitas contradições. Pois somos mais capazes de lidar com tecnologias sofisticadas que sermos mais bem preparados em relação a nossa maturidade política e sensibilidade humana para lidar com questões como a fome no mundo.

Ainda hoje, sentimos os efeitos da crise econômica mundial, que não foi simplesmente uma nova crise, mas sim, faz parte de uma crise estrutural que tem a nefasta consequência de negar a bilhões de pessoas acesso adequado a comida, saúde e educação. Segundo dados da FAO, desde o início da década de 1970, a fome no mundo vinha diminuindo, mas, nos últimos anos, esse declínio sofreu reversão. Em 2009, a fome atingiu mais de um bilhão pessoas, recorde histórico.

Em bom tempo a humanidade dá-se conta de que o desenvolvimento de uma nação não significa somente acumulação de riqueza. Mas depende do bem-estar das pessoas e da busca da felicidade. O indivíduo não se realiza por ter alta renda ou acumulação de bens, mas sua realização ocorre como um todo, em todas as facetas de sua vida.

Refletindo sobre o Brasil, vemos um país que surpreendente a muitos, tornando-se a sexta nação do mundo em termos de PIB. Mas, estamos na 84ª posição no IDH e ainda há mais de 16 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, ou 8,5% da população. Daí surge a pergunta: nós somos felizes?

Não temos ainda claramente a resposta, mas a certeza de que devemos buscá-la. Medir a felicidade é dispor de um índice de progresso e desenvolvimento de nosso povo.

Questionarmo-nos individual e coletivamente sobre se o nosso comportamento financeiro é essencial se quisermos entender o que somos e se somos felizes. Em *A Ética a Nicômaco*, Aristóteles nos dá algumas pistas marcantes sobre a felicidade:

- “A felicidade tem que ser um bem perfeito e bastante por si.”
- “O conceito da felicidade tem que ser tirado do conceito da atividade humana em sua perfeição.”
- “Por isso, antes se põe como condição de felicidade uma vida perfeita e realizada sob todos os aspectos.”

*FABIO GALLO GARCIA É PROFESSOR DE FINANÇAS DA PUC-SP E FGV-EAESP, E COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE A FELICIDADE E O COMPORTAMENTO FINANCEIRO DA FGV-EAESP.

Leve o mercado
no seu bolso, onde quer
que você vá!



Cotações e notícias do mercado financeiro disponíveis
no seu smartphone ou tablet

 **CMA Series 4 Mobile**

 **CMA Tablet**

 **CMA Mobile**



São aplicativos desenvolvidos especialmente para BlackBerry, iPad e iPhone, que possuem uma interface totalmente preparada para a navegação touchscreen e o mais completo mix de ferramentas e conteúdos do mercado.

Baixe o aplicativo e solicite seu acesso!

(11) 3053-2715
marketing@cma.com.br
www.cma.com.br/solucoesmoveis



Baixe um leitor de QR Code em seu
SmartPhone e aproxime-o do código.

DEZ ANOS DO PROGRAMA BM&BOVESPA VAI ATÉ VOCÊ

O programa, inspirado nos ensinamentos do filósofo italiano Norberto Bobbio, tem vários módulos e já chegou a 667 mil pessoas, 270 empresas, 359 feiras e exposições e a diversos municípios de todo o País

POR SÍLVIA PENTEADO* FOTOS AGÊNCIA LUZ

Se, atualmente, mais de 600 mil pessoas físicas veem a Bolsa não só como atraente alternativa de investimento, mas também como ponto de encontro amigável, além de instrumento fundamental para financiar a economia, grande parte disso deve-se às campanhas de popularização, que agora completam dez anos. Por isso mesmo, valeu a pena comemorar o aniversário, em abril, com uma festa em que não faltaram o toque simbólico da campainha e o Bolsamóvel estacionado em frente ao edifício da Rua 15 de Novembro. Iniciativa de enorme alcance, idealizada e implantada, em 2002, por Raymundo Magliano Filho, então presidente da Bovespa, o programa BM&FBOVESPA Vai até Você leva conhecimentos sobre o investimento em ações aos mais diferentes públicos – e tem uma rica história voltada para o fortalecimento do mercado de capitais nos quatro cantos do Brasil.

Numa década, o programa chegou a mais de 270 empresas, 100 universidades, 25 clubes, 90 praias, nove parques, nove estações do metrô, 359 feiras e exposições, dois shoppings e em municípios por todo o Brasil. E atendeu diretamente à demanda por informações de mais de 667 mil pessoas. Com isso, foi decisivo para a incorporação de centenas de milhares de pessoas físicas ao mercado de capitais. De 85 mil, em 2002, o número

de indivíduos que ingressaram no segmento acionário superou 560 mil, cadastrados em abril de 2012, crescimento de mais de 500%. Ao lado de outras iniciativas da Bolsa – Novo Mercado em destaque – e do próprio crescimento da economia, ajudou a entidade a galgar um salto de vários patamares: entre 2002 e 2011, o volume mensal de negócios passou de R\$138,9 bilhões para R\$1,6 trilhão, o número de transações evoluiu vinte vezes e o valor de mercado das empresas listadas saltou de R\$438,3 bilhões para R\$2,29 trilhões.

Além desses reflexos diretos, o BM&FBOVESPA Vai até Você inspirou uma série de ações da Bolsa cujo objetivo é tornar os investimentos acessíveis para a maioria da população a partir da informação e do conhecimento. Entre elas, os programas Mulheres em Ação; Desafio BM&FBOVESPA; Dinheiro no Bolso, em parceria com a Fundação Roberto Marinho; Educação Financeira, com a TV Cultura; a campanha “Quer ser Sócio?”; além de cursos presenciais e on-line, que atenderam mais de 900 mil pessoas desde sua criação, e dos simuladores de investimentos, que receberam mais de um milhão de visitas. Na prédio da Rua 15 de Novembro, o Espaço Raymundo Magliano Filho recebe, ao longo do ano, cerca de 100 mil visitantes de várias regiões do Brasil e do Exterior, principalmente estudantes.



Edemir Pinto, diretor presidente da BM&FBOVESPA.



Iniciativa de enorme alcance, idealizada e implantada, em 2002, por **Raymundo Magliano Filho**, então presidente da Bovespa, o programa BM&FBOVESPA Vai até Você leva conhecimentos sobre o investimento em ações aos mais diferentes públicos

PREGANDO NO DESERTO

Durante o evento comemorativo dos dez anos, Edemir Pinto, diretor presidente da BM&FBOVESPA, agradeceu a Raymundo Magliano “por ter pregado no deserto” e não ter se deixado intimidar pelas dificuldades iniciais. E afirmou: “Hoje, os funcionários e as corretoras que formam a BM&FBOVESPA agradecem por você ter aberto portas, por ter posto o pé na estrada, trilhando caminhos por todo o Brasil, divulgando o conhecimento sobre o mercado de capitais e seus benefícios ao País”.

Magliano, naturalmente satisfeito ao constatar o sucesso do projeto que teve “o privilégio de ajudar a implantar”, lembrou que a inspiração veio das ideias do filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio. Para democratizar uma instituição, escreveu Bobbio, ela deve ancorar-se em três pilares: visibilidade, transparência e acesso. “A discussão começou pelo fato de a Bolsa ser então uma instituição elitista. Queríamos que ela se popularizasse, queríamos desmistificá-la, mostrar que não era um grande cassino, como a maioria da população pensava, mas que tinha um papel importante para a sociedade e para o desenvolvimento do Brasil”.

Em busca de mais transparência, foi criada a figura do ombudsman. Para propiciar mais visibilidade, o ponto principal era reduzir a distância entre a Bolsa e a popula-

ção. “A solução mais simples era chegar até as pessoas de forma direta e assim foi criado o Bovmóvel, que começou indo à praia. Depois, fomos buscar os trabalhadores por meio dos sindicatos, das empresas, depois as mulheres, os universitários e não paramos mais”. O acesso de que falava Bobbio foi uma consequência disso tudo.

VISÃO PREMONITÓRIA

No entender de Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia da FGV-SP, que representou no evento as instituições de ensino parceiras da Bolsa no programa, todas as pessoas que mudaram o mundo começaram pregando no deserto, como Magliano.

“Com seu entusiasmo contagiante, ele foi um visionário, antecipando o que está acontecendo hoje com 40 milhões de pessoas das classes D e E migrando para a C. O resultado está aí: a Bolsa é uma das instituições de maior respeito no País e tem tido participação significativa nas grandes mudanças pelas quais está passando”.

Patrícia Quadros, gerente do Educacional da Bolsa, considera que o sucesso do BM&FBOVESPA Vai até Você se deve, principalmente, ao uso de linguagem simples e didática para explicar como funciona o mercado e qual é o papel da Bolsa na negociação de produtos como ações, fundos, contratos futuros etc.

MERCADO DE CAPITAIS

Apresenta, assim, alternativas para a formação de poupança e patrimônio. “Podemos atribuir o aumento significativo da participação de pessoas físicas na Bolsa a dois fatores. O primeiro, mais imediato, foi a entrada de novos investidores, por conta dos recentes IPOs na BM&FBOVESPA, que costumam despertar a atenção dos investidores pessoas físicas. Mas não podemos negar que esse número tende a crescer por conta das ações que desenvolvemos para a popularização do mercado de capitais. Daqui para frente, o objetivo é continuar com esses programas, com foco especial nos simuladores. O objetivo é torná-los cada vez mais educativos”.

BOLSAMÓVEL

O Bolsamóvel (antes denominado Bovmóvel) é a principal vitrine do programa. Ele chega a praias, escolas, fábricas, clubes com equipe treinada pela BM&FBOVESPA para esclarecer dúvidas sobre o mercado de ações. É equipado com estações de trabalho, ponto de internet com acesso on-line às cotações dos ativos pelo Mega Bolsa (plataforma de negociação para ações), folhetos explicativos e outros materiais didáticos.

Qualquer pessoa, empresa ou instituição pode solicitar cursos e palestras. Basta ter um grupo de, no

mínimo, 100 pessoas para palestras e de 60 para cursos (Educar Júnior, de 11 a 14 anos; Teen, de 15 a 18, e Sênior, para a terceira idade). “Para comemorar os dez anos, estamos reformulando os programas de educação financeira, produzindo nova versão do programa veiculado pela TV Cultura e incrementando os simuladores, com acesso livre e gratuito, que ajudam as pessoas físicas que desejam aprender, na prática, o funcionamento do mercado de ações e as facilidades de negociar pela web”, ressalta Patrícia.

Para alcançar todos os públicos e atender os interessados, o projeto ganhou diversas versões. Começou com o BM&FBOVESPA Vai à Praia, em 2003, que já atendeu mais de 130 mil pessoas no litoral brasileiro. Neste ano, o programa ganhou a companhia das rádios da Bolsa – Mulheres em Ação e Desafio –, que criou uma programação especial de verão para quem não saiu de casa.

Para ampliar o relacionamento com a comunidade jurídica nacional, a BM&FBOVESPA criou o módulo “Vai ao Judiciário”. Em seguida, chegou às fábricas. Em geral, vai a empresas com ações negociadas na Bolsa que querem oferecer aos seus funcionários a oportunidade de participar do mercado. Para se aproximar ainda mais dos trabalhadores, a Bolsa firmou parcerias



Yoshiaki Nakano,
diretor da Escola
de Economia da FGV-SP



Almir Barbassa, diretor
Financeiro e de Relações
com Investidores da Petrobras



Edemir Pinto, Yoshiaki Nakano, Luís Antônio Abdal, Patrícia Quadros, Raymundo Magliano Filho e Almir Barbassa

e instalou escritórios de relacionamento em duas das principais centrais sindicais do País – a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Força Sindical, além de participar de eventos da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Uma das “clientes de carteirinha” do programa é a Petrobras, que, em 2005, levou o programa da Bolsa a 28 unidades da empresa e, em 2007, a 42 unidades, com público de mais de 65 mil empregados e colaboradores. “Esse trabalho em parceria com a Bolsa teve reflexo positivo e direto na empresa. Consideramos que ele foi fundamental para o fato de, em nossa última emissão de ações, mais de 15 mil empregados terem participado”, destacou Almir Barbassa, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da estatal, que representou as empresas que participaram do programa na festa dos dez anos do BM&FBOVESPA Vai até Você.

A Petrobras, lembrou Barbassa, faz parte da história da BM&FBOVESPA e esta teve papel decisivo no crescimento da empresa. “Precisamos de recursos originados na Bolsa para financiar nosso crescimento. Temos 16 bilhões de barris a serem produzidos; precisamos de recursos e, quando precisamos de recursos, a gente vem à Bolsa”. Na última captação, em 2010, a

estatal levantou US\$70 bilhões com recursos de 145 mil investidores, 55 mil deles no Brasil.

DOS CAMPI AO AGRONEGÓCIO

O BM&FBOVESPA Vai à Universidade tem como público-alvo estudantes universitários e professores. As visitas incluem estandes nos campi, onde promotores de negócios explicam o funcionamento dos mercados de ações e de futuros e fazem palestras técnicas em que são utilizados temas motivadores como comparar o hábito de investir ao de frequentar uma academia. “Em geral, comparecem 100, 200 pessoas. Recentemente, na PUC-SP, falei para uma plateia de 700, muitas delas sentadas no chão”, lembra Carlos Alberto Barbosa Silva, um dos professores dos cursos de educação financeira.

Desde 2008, o BM&FBOVESPA Vai ao Campo visita cidades do agronegócio brasileiro, permitindo o acesso a informações sobre alternativas para proteção de preços no agronegócio, oportunidades de investimento no mercado de ações, educação financeira e finanças pessoais. Em suas quatro edições, contabilizou a participação de mais de 16 mil pessoas. 

*SÍLVIA PENTEADO É JORNALISTA.

EMPRESAS RETOMAM A ABERTURA DO CAPITAL

As ofertas iniciais de ações (IPOs) da Unicasa, do BTG Pactual e da Locamerica têm enorme importância, pois significam que companhias de todo o País – e não apenas do eixo Rio-São Paulo – voltam a encontrar na Bolsa o local mais adequado para se capitalizar, enquanto ampliam o número de acionistas e fortalecem o mercado

POR THEO CARNIER* FOTOS AGÊNCIA LUZ

As ofertas públicas iniciais de ações, conhecidas pela sigla em inglês IPO, voltaram com força ao mercado brasileiro. Na quarta semana de abril, três operações do tipo foram realizadas: dia 23, da locadora de veículos Locamerica, que impulsionou a nova “onda”; depois, dia 26, foi a vez do banco de investimentos BTG Pactual; e, um dia mais tarde, 27, a indústria de móveis Unicasa estreou na BM&FBOVESPA. Somadas, as três operações resultaram em captação líquida estimada em R\$3,87 bilhões.

Além do volume, chamaram a atenção a diversificação de setores representados pelas empresas que fizeram IPOs e as diferentes regiões do País em que essas companhias têm sede. “Tivemos a adesão de companhias de fora do eixo Rio-São Paulo, caso da mineira Locamerica e da gaúcha Unicasa, o que contribui para a distribuição do crescimento por todo o País”, lembrou o diretor presidente da BM&FBOVESPA, Edemir Pinto.

Como Unicasa e Locamerica optaram por entrar no Novo Mercado, o mais elevado segmento de governança corporativa da Bolsa passou a contar com 127 empresas.

O principal executivo da Locamerica, Luiz Fernando Porto, comemora o IPO como um marco na trajetória da empresa. “O acesso a condições competitivas de captação de recursos no longo prazo nos permitirá

incrementar nosso resultado e obter ganhos de escala e, como consequência, crescer de forma mais rápida e eficiente”. Ele considera que a adesão dos investidores estrangeiros à oferta mostrou que “o Brasil é hoje um porto seguro para a alocação de recursos externos”.

No front interno, Porto acredita que a oferta inicial de ações da companhia “pode ser exemplo para muitas pequenas e médias empresas do País. Olhem para nós e saibam que, com garra e organização, é possível crescer e chegar ao mercado de capitais”

A mineira Locamerica está presente em 15 cidades brasileiras, localizadas em 12 estados, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, e tornou-se a segunda companhia do setor de locação de veículos do Novo Mercado. A Localiza, líder de mercado, está nesse segmento da Bolsa desde 2005.

EM CASA

Para o BTG Pactual, o IPO significou novo avanço no mercado de capitais. Coordenador de metade do total de ofertas públicas de distribuição de ações no Brasil entre 2004 e 2011, o BTG Pactual liderou a coordenação de operações, bem como o valor das subscrições de capital. Faltava ter seus próprios papéis negociados na BM&FBOVESPA.



BTG Pactual, em 26 de abril



Unicasa, em 27 de abril

“ Compromisso com a comunicação exemplar ao mercado, a transparência e a entrega consistente e sustentável de resultados a nossos acionistas e demais stakeholders ”

FRANK ZITOLIE, DA UNICASA

MERCADO DE CAPITAIS

O IPO foi bem aceito pelos investidores, inclusive os estrangeiros. Como enfatizou André Esteves, pouco antes da cerimônia de lançamento dos papéis, a operação comprovou “o quanto o banco acredita no mercado de capitais brasileiro”. Esteves também comemorou a aceitação da operação no mercado global: “Foi um enorme voto de confiança da comunidade financeira internacional ao mercado brasileiro. Mesmo ainda em um cenário de crise, recebemos uma mensagem extremamente positiva que só pode contribuir para o nosso crescimento produtivo, que gera emprego e renda. A melhor maneira de expressar confiança em um país é expressar confiança no seu mercado de capitais”.

A negociação do BTG Pactual na Bolsa começou com units – ativos que representam mais de uma classe de valores mobiliários (no caso, cada unit representa uma ação ordinária e uma preferencial).

POLO DE ATRAÇÃO

Já o IPO da Unicasa Indústria de Móveis demonstrou a confiança de diferentes setores da economia na Bolsa. “Foi um passo decisivo para o crescimento sustentado da empresa”, afirmou Paulo Junqueira Filho, diretor Fi-

nanceiro e de Relações com Investidores. “A entrada na BM&FBOVESPA nos ajuda a atrair não só mais recursos a custo competitivo, mas também a nos tornar conhecidos pelos talentos que pretendemos trazer para a companhia”.

O IPO também foi comemorado pelo diretor presidente da Unicasa, Frank Zietolie, para quem a operação reforça “o compromisso com a comunicação exemplar ao mercado, a transparência e a entrega consistente e sustentável de resultados a nossos acionistas e demais *stakeholders*”.

O início da negociação de ações da Unicasa foi bem-sucedido, avaliou o diretor de RI ao constatar a aceitação dos investidores. “Não tivemos um fundo de *private equity* para dar suporte ao IPO, mas mesmo assim conquistamos a confiança do mercado”, enfatizou Junqueira. “Conseguimos mostrar, com dados, que a Unicasa trabalha sempre dentro das regras de governança corporativa e que tem solidez financeira, além de ser voltada para o crescimento dos negócios”. O aumento da liquidez das ações da Unicasa é o objetivo natural da companhia. “Como as demais *small caps* (empresas de menor porte negociadas na Bolsa), a empresa não vai conseguir liquidez com um passe de mágica”, admite.



“A melhor maneira de expressar confiança em um país é expressar confiança no seu mercado de capitais. O banco acredita no mercado de capitais brasileiro”

ANDRÉ ESTEVES, DO BTG PACTUAL

“Mas temos a nosso favor a confiança demonstrada pelos investidores e nossa política de gerenciamento e de crescimento, além de atuarmos em um segmento muito promissor da economia brasileira”.

Com 27 anos de existência, a Unicasa tem mais de oito mil funcionários e sua rede de distribuição atinge mais de 300 cidades, de todos os estados brasileiros, além de exportar para 13 países.

PRÓXIMOS PASSOS

De olho no potencial do mercado, a Bolsa busca ampliar a presença de empresas no mercado acionário. Nessa linha, formou um grupo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para conhecer de perto a experiência de países em que os IPOs têm valores menores do que os registrados no Brasil. O tíquete (valor) médio das aberturas de capital no Brasil é de US\$460 milhões, montante considerado elevado, quando comparado a outros países. Em 2011, pelos cálculos da CVM, na Austrália o valor médio dos IPOs foi de US\$66 milhões e no Canadá, foi ainda menor (US\$27 milhões).

“Estamos buscando uma resposta rápida para atrair operações menores para a Bolsa. Existe um potencial de 15 mil empresas que faturam entre R\$100 milhões a R\$400 milhões que podem alavancar os seus projetos via mercado de capitais brasileiro”, diz Edemir Pinto, diretor presidente da BM&FBOVESPA.

Em tempo: a CCX Carvão da Colômbia S.A., companhia que desenvolve projeto integrado de mineração de carvão do Grupo EBX, ingressou no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA em 25 de maio. 

*THEO CARNIER É JORNALISTA ECONÔMICO.

IMPULSO AO BOVESPA MAIS

Além dos IPOs, também cresce a presença de médias empresas no mercado de capitais. Foi o que ocorreu, em maio, com a Senior Solution, que desenvolve softwares para o setor financeiro. Ela estreou no Bovespa Mais, segmento da BM&FBOVESPA que torna a Bolsa mais acessível a pequenas e médias companhias. Com a adesão, juntou-se à Nutriplant, do setor de fertilizantes, e à Desenvix Energias Renováveis, que já fazem parte do segmento.

Em 2011, a Senior Solution teve receita líquida de R\$28,7 milhões. É a primeira da Área de Capital Empreendedor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a entrar no Bovespa Mais e optou por fazer apenas a listagem de suas ações, sem lançar um IPO.

Como declarou o presidente da empresa, Bernardo Gomes, na cerimônia de adesão ao Bovespa Mais, a decisão pode servir como incentivo ao desenvolvimento desse segmento: “Esperamos que esta conquista inspire outras empresas brasileiras a virem para o Bovespa Mais. Temos confiança no potencial do segmento e estamos certos de que em breve ele se tornará um dos mais dinâmicos e vibrantes da Bolsa”.

O diretor presidente da BM&FBOVESPA, Edemir Pinto, saudou a entrada da empresa no Bovespa Mais. Em sua avaliação, representa importante conquista para o mercado de ações: “Significa que estamos começando de fato a romper barreiras para a chegada de novas empresas que desejam iniciar sua exposição ao mercado de maneira gradual”.

Com 16 anos de atuação no mercado, a Senior Solution conta com quatro unidades de negócios, atende os dez maiores bancos privados do País, seguradoras, corretoras e gestoras de recursos. Desde 2005, tem participação acionária do BNDESPAR, subsidiária do BNDES responsável pelas participações acionárias do banco, e do fundo de *private equity* Stratus GC.

Pioneira na participação de atividades promovidas pela Bolsa para apresentar empresas fechadas ao mercado, a Senior Solution esteve no 1º Fórum Bovespa Mais para Agentes de Mercado, em 2008, e no 1º Encontro com Investidores, em 2010. Também participou de atividades de formação realizadas pela BM&FBOVESPA para empresas fechadas, como os cursos de relações com investidores e divulgação de resultados no modelo IFRS de padronização das informações contábeis.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

APLICAÇÃO DESPERTA INTERESSE CRESCENTE

O mercado de fundos imobiliários está em rápida expansão, refletindo o interesse por um setor que investe pesadamente, tem estímulos tributários e propicia a possibilidade de aplicar em ativos reais com um pequeno capital, de montante muito inferior ao valor de um imóvel

POR THEO CARNIER*

Os fundos imobiliários se tornaram a nova febre dos investidores. Com cotas negociadas na BM&FBOVESPA, esse mercado deu um salto nos últimos meses: em março, 70 foram negociados, em comparação a 49, no mesmo mês de 2011. No período, o volume cresceu de R\$64,9 milhões para R\$179,3 milhões. Em fevereiro, o giro foi recorde: R\$309 milhões, superando o Tesouro Direto.

As previsões são de que o crescimento dos negócios com as cotas de fundos imobiliários prossiga em ritmo acelerado. Estimativas de participantes do mercado, com base em dados da consultoria Uqbar, são de expansão de três vezes, em três anos, enquanto o patrimônio líquido dos fundos superará R\$70 bilhões. Criados na década de 1960, nos Estados Unidos, hoje há mais de 140 fundos naquele mercado, com patrimônio líquido de aproximadamente US\$300 bilhões e um percentual entre 10% e 15% de todo o segmento de fundos de investimento.

O mercado brasileiro continua a atrair interessados. Existem cerca de 50 mil investidores e as emissões em análise, para registro de oferta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula e fiscaliza o mercado,

perfizeram mais de R\$3 bilhões, em março. Em 2011, houve 39 ofertas, no total de R\$7,6 bilhões. Neste ano, até março, foram registradas nove operações, com volume de R\$1,9 bilhão.

Nos últimos 12 meses, até abril, a rentabilidade das cotas chegou à média de 20,21%, mas os fundos imobiliários com cotas negociadas na BM&FBOVESPA têm outros atrativos para o investidor. Um deles é a facilidade na aplicação: para comprar a cota basta adquiri-la via corretora, ou no Home Broker, ou seja, na plataforma on-line das empresas do setor.

RENDIMENTO MENSAL

Os fundos aplicam em empreendimentos imobiliários, como shopping centers, hospitais e edifícios comerciais. O retorno para o investidor ocorre via distribuição de resultados (por exemplo, o aluguel pago pelos shoppings) ou pela venda das cotas. O participante recebe os rendimentos, todo mês, depositados em conta.

No caso de aplicação num shopping, os contratos costumam prever, em acréscimo ao aluguel, um percentual das vendas das lojas em datas como Natal e Dia das

COMPROMETIMENTO, EXPERTISE E TRANSPARÊNCIA.
VALORES QUE FAZEM TODA DIFERENÇA.



Há 30 anos no mercado, a Futura está entre as mais sólidas e respeitadas corretoras do país. Sócia-fundadora da BM&F, a Futura possui grande atuação nos segmentos de derivativos financeiros e agropecuários, além de forte presença em renda fixa, renda variável, home broker e mercado de balcão. A qualificação técnica e experiência de seus profissionais, aliadas ao atendimento personalizado aos seus clientes, tornam a Futura a melhor opção para quem deseja proximidade, comprometimento e transparência em suas operações financeiras.

Mães. Isso propicia rendimento a mais para o aplicador final, equivalente ao obtido com a locação.

Escorados pelo crescimento do setor de imóveis nos últimos anos, os fundos ganharam espaço por aplicarem em ativos reais, vistos como proteção em fases de crise. Permitem, também, que se faça a previsão de retorno dos investimentos.

O aumento do interesse dos investidores em fundos imobiliários deve-se também à vantagem tributária. A aplicação é isenta de tributos, inclusive de Imposto de Renda, nos rendimentos mensais para a pessoa física, para fundos que tenham pelo menos 50 cotistas, sejam negociados na BM&FBOVESPA e se o investidor tiver no máximo 10% das cotas. Na venda das cotas, os investidores estão sujeitos ao IR de 20% sobre a valorização da cota.

Os fundos são vistos como forma de ser sócio de empreendimentos imobiliários sem despesas com cartório, corretagem ou com o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

CAPITALIZAÇÃO BILIONÁRIA

Com os ventos favoráveis, os fundos imobiliários ganharam espaço na BM&FBOVESPA, onde têm cotas negociadas. A capitalização de mercado dessas aplicações superou R\$10 bilhões, em abril.

Em face do crescimento desse segmento, a Bolsa estuda o lançamento, nos próximos meses, de um índice com as cotas dessas aplicações. O objetivo do índice é servir de referência para o mercado, afirma Paulo Cirulli, gerente de Produtos Imobiliários da Bolsa.

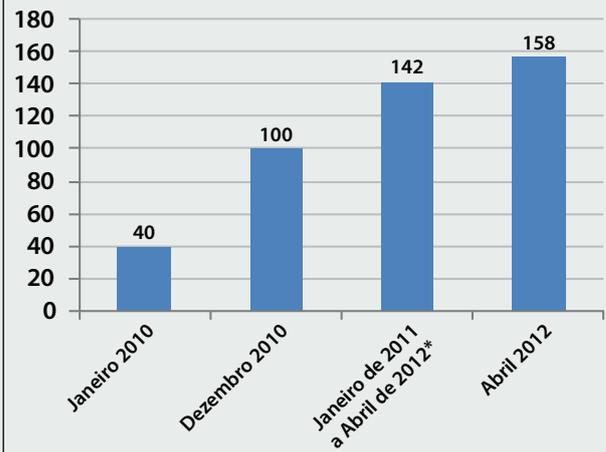
Administrados por uma instituição financeira, os fundos imobiliários têm outras regras que atraem o investidor. O administrador, por exemplo, tem de distribuir, pelo menos, 95% do fluxo de caixa do empreendimento.

Esses fundos podem aplicar em todo tipo de negócio que tenha imóveis como base, em empreendimentos prontos ou em desenvolvimento. Do patrimônio desses fundos podem participar um ou mais imóveis, parte deles ou direitos referentes aos empreendimentos.

Em fins de 2011, para estimular a transparência, a CVM editou duas instruções sobre o mercado de fundos imobiliários. Estabeleceu a exigência da demonstração de fluxos de caixa, em substituição aos balanços semestrais, e determinou a adoção de critérios contábeis para mensurar ativos, passivos, despesas e receitas, com atualização dos ativos imobiliários pelo valor de mercado, à semelhança do que estão obrigadas as companhias abertas.

Em ritmo acelerado

Número de negócios com fundos imobiliários na BM&FBOVESPA



*Período de 12 meses até abril de 2012

As mudanças, acredita Sérgio Belleza, consultor especializado em fundos imobiliários, ajudarão a desenvolver ainda mais esse mercado, ao facilitar a esse segmento a análise dos interessados em fazer investimentos, com mais transparência e valor atualizado dos ativos. E a CVM planeja permitir a contratação de formadores de mercado para as cotas, à semelhança do que acontece com ações.

Como toda aplicação, os fundos imobiliários também envolvem riscos, com a possibilidade de redução da taxa de ocupação imobiliária e queda de preço dos imóveis. Mas, mesmo a depreciação dos imóveis não representa, necessariamente, prejuízo para o investidor em fundos: o administrador pode ter como estratégia a venda de empreendimentos desvalorizados para, com o dinheiro das transações, comprar ativos com potencial de valorização.

Na previsão dos participantes desse mercado, o volume dos fundos imobiliários na BM&FBOVESPA deve continuar a crescer. Nos últimos 12 meses, até abril, a média diária de negociações com cotas dos fundos foi de R\$2,357 milhões.

Com os fundos, é possível participar do mercado imobiliário investindo uma fração do que seria necessário para adquirir um imóvel. As cotas costumam ser negociadas no mercado secundário a partir de R\$100,00. Outra vantagem é a liquidez, ao contrário do que costumava acontecer na compra e venda de imóveis. 

*THEO CARNIER É JORNALISTA ECONÔMICO.



H.Commcor
DTVM

Dia-a-dia ao seu lado, acompanhando e desenvolvendo mecanismos de hedge em mercados futuros, financeiros e de opções

Com a experiência de 15 anos no mercado, profissionais qualificados e certificada pela BM&FBOVESPA com os selos AgroBroker, RetailBroker e HomeBroker, a H.Commcor oferece excelentes serviços à seus clientes.



Você pode investir em derivativos agropecuários, derivativos financeiros, ações, fundos de investimentos, renda fixa e tesouro direto. A H.Commcor lhe oferece ferramentas tanto para hedge como para diversificação de sua carteira de investimentos.



Além disso, boletins diários e semanais, clipping de notícias, o programa *Bom dia H.Commcor*, informações via Twitter e celular assessoram suas operações, lhe mantendo informado sobre o que há de principal no mercado.

H.Commcor DTVM Ltda.
Av. Paulista, 37 – 11º andar
Bela Vista – SP/SP – Cep: 01311-902
Tel. (55-11) 2127-2777 - Fax (55-11) 3253-6888

www.commcor.com.br

www.xthcommcor.com.br

APOIO DA BM&FBOVESPA A INICIATIVAS SOCIAIS EM TODO O PAÍS

Um grande evento realizado na BM&FBOVESPA com a presença da cantora Daniela Mercury, presidente da ONG Sol da Liberdade, marcou o lançamento do novo site (www.bvsa.org.br) da Bolsa de Valores Socioambientais (BVSA), que passa a ter projetos de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU

POR SÍLVIA PENTEADO* FOTOS AGÊNCIA LUZ

A sala onde o pregão de viva voz da Bovespa atraía diariamente centenas de operadores, para dar ordens de compra e venda de ações, foi palco, em 28 de março, de um encontro bem diferente: embalado pelo ritmo alegre e cadenciado das crianças do Instituto Sol da Liberdade, com a presença da cantora Daniela Mercury, foi lançado o novo portal da BVSA. A artista é presidente do Instituto e foi nomeada, no evento, madrinha da Bolsa de Valores Socioambientais.

O projeto social da Bolsa e de suas corretoras ganha capilaridade. A BVSA, a partir de agora, passa a contemplar iniciativas com foco nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

“A BVSA dá, assim, vários passos à frente”, enfatizou Edemir Pinto, presidente da BM&FBOVESPA, ao lado de Raymundo Magliano Filho, Daniela Mercury e Jorge Chediak, da Organização das Nações Unidas (ONU), pouco antes de tocar a campanha que marca o início do pregão. “Ao fazer soar esta campanha, hoje, tenho mais satisfação do que quando faço a abertura de capital de uma empresa”, disse Edemir.

Iniciativa pioneira e inovadora, a BVSA foi criada, em 2003, na gestão de Magliano na Bovespa. Em nove anos arrecadou R\$12,3 milhões, destinados a 119 projetos, dos quais 104 já tiveram a captação concluída. Atualmente, há 15 projetos disponíveis para doações, que têm o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). E a BVSA transformou-se em estudo de caso internacional: a ONU recomenda o modelo brasileiro para outras bolsas no mundo. Em 2006, a BVSA inspirou iniciativa semelhante na Bolsa de Valores de Johannesburgo, na África do Sul; em 2009, foi replicado na Bolsa de Lisboa.

Com formato semelhante ao de uma bolsa de valores – os projetos das organizações são listados e aguardam investimentos –, a BVSA oferece um portfólio de projetos rigorosamente selecionados, num ambiente virtual seguro e transparente para doação.

Na plataforma de negociação da BM&FBOVESPA, um investidor, pessoa física ou jurídica, pode comprar ações e tornar-se sócio das empresas brasileiras. Na BVSA, em uma plataforma eletrônica de captação de recursos, o “investidor socioambiental” pode financiar



“ A iniciativa da Bolsa é importante e única, uma maneira moderna de agir, e suas qualidades podem ser comprovadas pelos resultados obtidos até agora ”

DANIELA MERCURY, MADRINHA DA BVSA



INSTITUIÇÃO QUE PASSOU PELA BVSA GANHA PRÊMIO INTERNACIONAL

Uma das instituições que teve projeto listado na BVSA obteve importante prêmio internacional: o Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade. A ONG catarinense, que atua em projetos de educação ambiental em parceria com escolas e já atendeu 50 mil estudantes e 2.500 professores, ganhou, neste ano, o Luc Hoffmann Award, prêmio criado pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), instituição mantida com doações de governos de países desenvolvidos e do setor privado.

Na BVSA, a organização captou recursos para o projeto “Crianças salvando a Mata Atlântica”, que prevê o atendimento de 4 mil alunos em trilhas interpretativas em duas áreas de Mata Atlântica: uma no Centro Interpretativo da Mata Atlântica – CIMA, localizado em Jaraguá do Sul (SC), e outra no RPPN Santuário Rã-bugio, situado no município de Guaramirim (SC).



COMO SE CADASTRAR

Para ser listada, a ONG deve inscrever seu projeto, on-line, por meio de um formulário disponível no portal da BVSA. São três rodadas de inscrições por ano. A primeira rodada de 2012 encerrou-se em 18 de maio. Para ser beneficiária, a instituição deve ser brasileira, sem fins lucrativos e com experiência comprovada na área do projeto inscrito. Os projetos devem ter orçamento entre R\$30 mil e R\$100 mil e contribuir para um dos Objetivos do Milênio.

Após a inscrição, a equipe da BVSA escolhe, com base em critérios técnicos, as organizações que passarão para a segunda fase do processo de seleção, que consiste em visita de especialista na área do projeto inscrito. Os pareceres técnicos resultantes dessas visitas são analisados por um comitê de seleção formado por membros do Instituto BM&FBOVESPA e profissionais independentes da área. São definidos quais projetos serão listados na BVSA. Os projetos inscritos até 18 de maio e selecionados para listagem estarão aptos a receber doações a partir de outubro. Projetos recebidos posteriormente serão analisados na próxima rodada de seleção, em março de 2013.

“ações socioambientais” de ONGs de todo o Brasil, por meio de doações. Como ressaltou Sonia Favaretto, diretora de Sustentabilidade da Bolsa e superintendente do Instituto BM&FBOVESPA: “Consideramos o lançamento um evento bastante positivo, que chamou a atenção de ONGs e de investidores e movimentou as redes sociais, como Twitter e Facebook. Por isso, nossa expectativa é que a participação tanto de pessoas físicas quanto jurídicas cresça muito”. Um dos projetos completou a captação logo depois do evento de lançamento.

A BVSA foi um passo importante por demonstrar à sociedade que as empresas não pensam apenas em lucro e que é possível passar da retórica à ação, afirmou Magliano, para quem uma simples ação pode mudar o mundo e entregá-lo melhor às novas gerações. “Trata-se de um modelo inovador que cria condições para que toda a sociedade possa participar por meio de um trabalho sério, bem feito, com visibilidade e transparência”, acrescentou.

Na opinião de Magliano, a BVSA não foi importante apenas para o público externo. “Ela também mudou a cultura interna da bolsa, modificou as pessoas que aqui trabalham. Todas têm hoje mais sensibilidade social”. A herança da cultura ibérica, “muito egoísta”, baseada no cada um por si, precisa ser mudada. “É por conta dessa herança que o Brasil tem hoje um PIB bom e um IDH ruim”, disse ele, acrescentando: “Precisamos desenvolver a cultura da doação. Não se pode ficar só esperando que o governo faça. A sociedade civil tem de se conscientizar de que pode transformar o mundo”.

A inspiração para criar a BVSA veio do ensinamento da filósofa Hannah Arendt – o poder é fugaz, pode ser perdido a qualquer momento, mas a autoridade é permanente. “Com o projeto da BVSA, a Bolsa adquire autoridade, uma ligação permanente com a sociedade”, acrescentou Magliano, estudioso de temas filosóficos e ciência política. “Demonstra grandeza ao se preocupar.”

INVESTIR EM GENTE

Ao receber a placa de nomeação de madrinha da BVSA, Daniela Mercury, que é embaixadora do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) e já pertencia ao conselho da BVSA, destacou a importância de sensibilizar os investidores para “investir em gente”, de maneira eficiente. “Sou filha de assistente social e, por isso, minha militância começou em casa, ainda criança”, afirmou, explicando: “Por essa vivência, sei que nesse setor é preciso ter atitudes eficientes e urgentes; que gestão é tudo, também na área social. A iniciativa da bolsa é importante e única, uma maneira moderna de agir, e suas qualidades podem ser comprovadas pelos resultados obtidos até agora”. Daniela ficou sensibilizada ao indagar de uma beneficiária de um dos projetos que acompanha o que era mais importante para ela. E ouviu a resposta: “Nós não existíamos e passamos a existir”.

Para Jorge Chediak, representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a ênfase no compromisso com os Objetivos do Milênio não pode ser só do governo, é também do setor privado, da sociedade. O papel da BVSA é importante porque tem mostrado que a boa ação, além da perspectiva moral, é também um bom negócio, em que todos ganham. Mostra que é preciso e possível utilizar tecnologia financeira sofisticada para melhorar a vida da população. “A renovação do compromisso, hoje, com a nova madrinha, é um exemplo para o mundo.” 

*SÍLVIA PENTEADO É JORNALISTA.

O QUE É A BVSA

A BVSA foi criada pela BM&FBOVESPA em 2003, com o nome de Bolsa de Valores Sociais (BVS), com ênfase nas iniciativas voltadas à educação, tendo as corretoras como parceiras e trabalhando para buscar investidores. Mas já visava a incentivar a cultura da doação no Brasil. Em 2007, o programa foi transformado em BV&SA, incorporando projetos da área ambiental.

Agora, passa a incluir como eixo temático para escolha dos projetos os oito Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU: erradicar a pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a AIDS; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. “Queremos ajudar o Brasil a atingir todas as metas estabelecidas para 2015”, destacou o presidente da BM&FBOVESPA, Edemir Pinto.

Para ter seus projetos listados na BVSA, que, além de recursos dá visibilidade às organizações, as ONGs passam por rigoroso processo de seleção. Encerrada a captação, têm o uso dos recursos monitorado de forma a garantir que sejam destinados aos objetivos previamente assumidos.

Todos os projetos selecionados estão no site, onde o investidor pode escolher aqueles com que deseja contribuir – de acordo com o público beneficiado ou região do País, ou por tema, ajudando várias organizações de uma vez – e montar sua carteira de doações. Cada projeto tem sua página, com descrição completa, fotos e meta de arrecadação. As doações começam em R\$20,00 e podem ser feitas pelo portal, por cartão de crédito ou boleto bancário, com direito a benefício fiscal no caso de pessoa jurídica.

A partir daí, pode acompanhar dia a dia, pelo portal da BVSA, o andamento e o resultado dos projetos, desde a captação dos recursos até a conclusão, em relatórios elaborados pela equipe do Instituto BM&FBOVESPA. Nesses relatórios, após a captação integral dos recursos pleiteados, pode-se acompanhar a implantação do projeto.

Outra vantagem é que a Bolsa garante que todo o dinheiro doado seja destinado ao projeto. Todas as doações são depositadas em uma conta bancária do Instituto BM&FBOVESPA, onde permanecem até que a ONG obtenha o total necessário. Os recursos são liberados em etapas, conforme cronograma financeiro preestabelecido.

BM&FBOVESPA É ESCOLHIDA COMO A BOLSA MAIS SUSTENTÁVEL DA AMÉRICA LATINA

Os leitores da conceituada revista bimestral *World Finance*, que faz cobertura e análise do setor financeiro e da economia global, elegeram a BM&FBOVESPA como a bolsa de melhor atuação, na América Latina, voltada à sustentabilidade

POR THEO CARNIER*

A BM&FBOVESPA foi eleita a bolsa mais sustentável da América Latina, em eleição promovida pela revista financeira britânica *World Finance*. A escolha foi feita pelos leitores da publicação em todo o mundo, em eleição direta que apontou a BM&FBOVESPA como “Best Sustainable Stock Exchange 2012”. O prêmio, batizado “Exchange & Brokers Award”, foi criado em 2007.

Segundo a *World Finance*, suas premiações são as únicas do setor baseadas em votação dos leitores. Os leitores são consultados todos os anos para que se faça o reconhecimento do trabalho de líderes do setor financeiro, pessoas importantes, equipes exemplares e organizações de destaque, que representam o benchmark de conquistas e melhores práticas em diversos campos de atuação, dentre os quais a sustentabilidade. Foi nesse contexto que a BM&FBOVESPA foi eleita neste ano.

Não faltaram motivos para a escolha da bolsa brasileira como a mais sustentável da América Latina. Em 2004, a BM&FBOVESPA foi, por exemplo, a primeira bolsa de valores do mundo a se tornar signatária do Pacto Global. Em 2010, comprometeu-se oficialmente com os Princípios para o Investimento Responsável (PRI). Foi a primeira bolsa de um país emergente a dar esse passo. Além disso, é membro do Grupo de Engajamento da coordenação brasileira do PRI.

As iniciativas voltadas à sustentabilidade não pararam por aí. Atualmente, a BM&FBOVESPA tem dois índices voltados a questões socioambientais: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO2). Criado em 2005, o ISE mede o desempenho de empresas com estratégia nítida de sustentabilidade baseada em critérios de governança corporativa, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social. O índice mostra que ser sustentável pode

Bolsas premiadas pela revista *World Finance* em 2012

América Latina	BM&FBOVESPA
África	Johannesburg Stock Exchange (África do Sul)
América do Norte	OneChicago (Estados Unidos)
Ásia	Hong Kong Stock Exchange (China)
Europa Ocidental	Malta Stock Exchange (Ilha de Malta)
Europa Oriental	Warsaw Stock Exchange (Polônia)
Oceania	New Zealand Stock Exchange (Nova Zelândia)
Oriente Médio	ADX (Abu Dhabi)

ser mais lucrativo. Desde o final de 2011, a Bolsa iniciou a negociação de um fundo de cotas de ações (ETF) baseado apenas nas empresas integrantes do ISE.

Já o Índice Carbono Eficiente (ICO2) foi lançado em 2010, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e calculado em função da liquidez e das emissões de gases de efeito estufa das empresas que o compõem. Em maio deste ano, a BM&FBOVESPA e o Santander Brasil firmaram parceria para estimular o mercado de créditos de carbono no País. O objetivo é estudar a criação de novos produtos referenciados em créditos de carbono para negociação em bolsa, como contratos de derivativos e produtos a vista.

Em 2011, outra iniciativa de destaque: a Bolsa divulgou, pela primeira vez, seu relatório anual contendo tanto informações financeiras como não financeiras, em reunião da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec). O objetivo foi incentivar analistas a incorporarem questões socioambientais e de governança corporativa na avaliação do preço das ações e na tomada de decisão de investimentos.

E com a iniciativa “Relate ou Explique”, a BM&FBOVESPA passou a recomendar que as empresas listadas indiquem, no formulário de referência, se publicam relatório de sustentabilidade ou documento similar e onde está disponível. Se não o fazem, devem explicar o motivo. O objetivo foi oferecer ao público acesso ao banco de dados relacionado à sustentabilidade das empresas brasileiras de capital aberto na Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho, no Rio de Janeiro.

Afinal, a criação do Novo Mercado, em 2001, foi um passo decisivo da Bolsa para colocar as boas práticas de governança corporativa como fator determinante da qualidade das informações prestadas aos acionistas e, conseqüentemente, da redução do risco.

PRÊMIO PARA QUEM FAZ

Para a *World Finance*, o prêmio concedido à BM&FBOVESPA segue a linha das demais premiações da publicação: “Para que as escolhas diretas feitas pelos leitores sejam as mais justas e transparentes, eles podem votar em qualquer empresa, entidade ou pessoa que julguem merecedoras”, afirma a direção da revista.

Dessa forma, a revista acredita afastar o risco de comprometer os resultados da premiação, “como acontece em outros casos, em que se favorecem as maiores empresas com redes globais, deixando sem reconhecimento o trabalho de empresas e entidades de menor porte, nacionais, e que operam em nichos”. Essa postura não significa que se privilegiem as empresas e entidades não globais, mas resulta no reconhecimento público de que os serviços que elas prestam têm tanto valor para seus públicos quanto os de suas maiores contrapartes.

Segundo a publicação, a equipe que trabalha com a web é capaz de avaliar se um número significativo de votos teve como origem a mesma pessoa ou um grupo de endereços no IP (Internet Protocol, que funciona como uma “carteira de identidade” do computador). A equipe verifica também se os detalhes acerca dos votantes são condizentes com o endereço de identificação no IP. 

*THEO CARNIER É JORNALISTA ECONÔMICO.



AGRONEGÓCIO DO PAÍS TEM CENÁRIO PROMISSOR

O diretor presidente da BM&FBOVESPA, Edemir Pinto, deu o tom do seminário Perspectivas para o Agribusiness 2012 e 2013, promovido pela Bolsa e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), ao afirmar que a crise do euro ainda não afetou o mercado brasileiro de commodities.

Realizada em São Paulo, em 22/5, a décima primeira edição do seminário reuniu nomes que são referência para o agronegócio brasileiro em um grande debate sobre as tendências das principais cadeias produtivas

do País e os reflexos macroeconômicos sobre o setor agropecuário.

O seminário também contou com seis painéis sobre os cenários de mercado na perspectiva de 2012 e 2013, com a participação de especialistas, que discutiram algumas das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro: milho, aves e suínos, café, algodão, açúcar e etanol, pecuária de corte e soja.

Todas as apresentações realizadas durante o seminário estão disponíveis no site www.bmfbovespa.com.br/agribusiness2012.

ABERTURA

A abertura do seminário foi realizada pelo secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Carlos Vaz, representando o ministro Mendes Ribeiro Filho. Também participaram da mesa o diretor presidente da BM&FBOVESPA, Edemir Pinto; o vice-presidente do CME Group, Charles Carey; e o presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa de Carvalho.



“ Como a taxa de juros está caindo, mantido o atual cenário econômico, o produtor deverá utilizar mais recursos próprios para o custeio e recorrer ao governo mais para o caso de investimentos ”

JOSÉ CARLOS VAZ, DO MAPA



Charles Carey, do CME Group

PALESTRAS

A primeira conferência do dia, conduzida pelo economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, discutiu o panorama mundial e os cenários da economia brasileira.



“ O ciclo de alta nos preços das commodities deve sobreviver à crise na Europa. A forte demanda por alimentos, energia e outras matérias-primas em emergentes deverão manter as cotações em patamares elevados ”

ILAN GOLDFAJN, DO ITAÚ UNIBANCO

“ O objetivo do governo é criar as melhores condições para que a produção de grãos continue crescendo e atinja 172 milhões de toneladas em 2021. A safra 2011/12 está estimada em 160,6 ”

CAIO ROCHA, DO MAPA



Caio Rocha, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), tratou sobre a política agrícola na perspectiva de 2012-2013, na segunda conferência.



O diretor executivo de Produtos e Clientes da BM&FBOVESPA, Marcelo Maziero, falou sobre as atividades no segmento derivativos, como o desenvolvimento de contratos com liquidação financeira e cross-listing de contratos com CME Group.



Kona Haque, da Macquarie Capital e André Souto Maior Pessôa, da Agroconsult Consultoria & Marketing

Na quarta conferência, sobre perspectivas do mercado mundial de commodities, Kona Haque, da Macquarie Capital (Europe); e André Souto Maior Pessôa, da Agroconsult Consultoria & Marketing, dentre outros aspectos, apontaram números que indicam depreciação dos preços do milho.

“ A segunda safra de milho deve ficar 34 milhões de toneladas, o que dá incentivo adicional à pressão de baixa nos preços ”

ANDRÉ SOUTO MAIOR PESSÔA, DA
AGROCONSULT CONSULTORIA & MARKETING

“ A Bolsa está fazendo todos os esforços para construir um grande mercado de derivativos do agronegócio no Brasil ”

MARCELO MAZIERO, DA BM&FBOVESPA



A última palestra do dia, sobre desafios e oportunidades do agronegócio brasileiro no mercado mundial, foi conduzida pelo presidente da Bunge Brasil, Pedro Parente.

“ O Brasil já é uma potência agrícola, mas ainda existem fatores que prejudicam a competitividade de alguns produtos, como cana-de-açúcar e etanol ”

PEDRO PARENTE, DA BUNGE BRASIL

CENTRO DE TREINAMENTO PRIVILEGIA SUSTENTABILIDADE

Fabiana Murer foi a primeira atleta a utilizar as instalações do novo ginásio indoor

A Bolsa inaugurou, em maio, o Centro de Treinamento do Clube de Atletismo BM&FBOVESPA, em São Caetano do Sul. Com investimento de R\$20 milhões, é o primeiro centro de treinamento do País edificado de acordo com princípios de obra inteligente, em um complexo integrado com ginásio indoor, pista ao ar livre e completa estrutura de atendimento aos atletas (musculação, fisioterapia, nutrição, psicologia, vestiários, sala de imprensa, administração e depósitos).



Centro de Treinamento do Clube de Atletismo BM&FBOVESPA, em São Caetano do Sul



O diretor presidente da BM&FBOVESPA, Edemir Pinto, e o prefeito da cidade de São Caetano do Sul, José Auricchio Filho, estiveram presentes na cerimônia, que contou com a cobertura de 67 jornalistas e mais de 350 participantes “Para a BM&FBOVESPA, é um orgulho e uma honra ter tido a oportunidade de investir no esporte, parte indispensável do nosso compromisso institucional com o Brasil”, afirmou Edemir Pinto. Fabiana Murer, campeã mundial do salto com vara, foi a primeira a utilizar as instalações do novo ginásio indoor.

Construção sustentável, o material de demolição do antigo ginásio serviu de aterro ao novo; o estacionamento é permeável; a água de chuva será



FOTOS: AGENCIA LUZ

Manoel Felix Cintra Neto, Luiz Masagão, José Auricchio Filho e Edemir Pinto inauguraram o Centro de Treinamento do Clube de Atletismo





No alto, sala de fisioterapia e acima sala de musculação

armazenada e usada para irrigar jardins e lavar pisos. Há estação de coleta seletiva do lixo e o uso de ar-condicionado não é necessário nas áreas de treinamento, uma vez que dispõe de grande circulação de ar, com teto branco e manta térmica que minimizam o calor, além de aproveitamento da luz natural e do uso de lâmpadas externas do tipo led. O acesso é fácil por transporte público, há bicicletário e vagas para transporte solidário (carona). O conjunto também reforça a vocação verde do entorno, por meio de espaços ajardinados e arborizados.

O ginásio indoor tem pista de corrida de 60m, áreas de saltos em distância e triplo (pista e caixa de areia), para o salto com vara (pista e o conjunto poste, sarrafo e colchão) e para o arremesso de peso. O piso é macio, adequado para os intensos treinamentos do atletismo. Na estrutura de atendimento, destacam-se os setores de fisioterapia, em área de 200m², equipado com os mais modernos recursos existentes no mundo, que vai trabalhar focando a prevenção, mas está preparado para atendimento de recuperação de atletas, e o de musculação, também em sala de 200m².

ta ao ar livre ao novo ginásio indoor, com 5.535m² de área construída e pé direito de 10m, projetado para receber a área do salto com vara.

O Clube de Atletismo BM&FBOVESPA completa dez anos em 2012 e nasceu com o objetivo de utilizar o esporte para estimular a inclusão social, tornando-se, ao longo destes anos, um grande celeiro de novos talentos que hoje se destacam no Brasil e no mundo. Para fortalecer ainda mais a atuação social do clube e a formação de novos atletas, em 2011, foi estruturada a categoria de base.

O Clubinho está instalado em Paraisópolis, no Espaço Esportivo e Cultural BM&FBOVESPA. É integrado ao Instituto BM&FBOVESPA, com aulas voltadas para a iniciação no atletismo, de forma lúdica, com professores treinados e equipamentos adequados à faixa etária de 6 a 11 anos. Numa etapa seguinte, vem a Formação, para crianças e adolescentes de 12 a 18 anos, que visa ao desenvolvimento de atletas em polos, com aporte financeiro para infraestrutura, bolsas, capacitação e coordenação técnica. Há três polos-piloto: em Campinas, São Caetano do Sul e São José do Rio Preto, com 30 atletas em cada um.

O Clube de Atletismo BM&FBOVESPA integra o Instituto BM&FBOVESPA e tem parceria com a Nike, o Pão de Açúcar e a Prefeitura de São Caetano.

A partir de parceria com a Prefeitura Municipal de São Caetano, que cedeu a área, em comodato, por 15 anos, renováveis por mais 15, o Clube de Atletismo BM&FBOVESPA instalou o Centro de Treinamento em uma área de 31.112m². O destaque é a integração da pis-

Vanderlei Cordeiro de Lima, padrinho do Clube de Atletismo BM&FBOVESPA



ISHARES ÍNDICE CARBONO EFICIENTE (ECOO11)

Começou, em junho, a negociação de cotas do ETF (fundo de índice) de Índice Carbono Eficiente (ECOO11). Desenvolvido pela BM&FBOVESPA e pelo BNDES, está referenciado no Índice Carbono Eficiente (ICO2), que mede o retorno sobre um portfólio com empresas do índice IBX-50 que concordaram em participar da iniciativa, adotando práticas transparentes de eficiência de emissão de gases causadores do efeito estufa.

Com o ECOO11, o BNDES cria uma oportunidade para investidores em renda variável sensíveis às questões ambientais, contribuindo para a expansão do mercado de ETF no Brasil. Em 2004, lançou o primeiro ETF brasileiro, o Fundo PIBB – Papéis de Índice Brasil Bovespa, com grande aceitação.



BM&FBOVESPA ESTÁ ENTRE AS 50 EMPRESAS DO BEM

A revista *Isto É Dinheiro* 764 publicou 50 casos que mostram como algumas das mais destacadas empresas do País inseriram responsabilidade social e ambiental em seus negócios. Essas intuições foram divididas em cinco modalidades: Comunidade, Gestão, Inovação, Parceria e Social. Embora não seja um ranking, trata-se de um levantamento que tem como objetivo reunir exemplos inspiradores em todas as áreas. A BM&FBOVESPA figura na lista das Empresas do Bem, na categoria Parceria.

Quem investiu em ações de empresas sustentáveis teve ótimo retorno. No período de um ano encerrado em abril, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por 38 empresas que atuam de forma responsável nas áreas social e ambiental, valorizou 8,4%. Essa não é a única oportunidade para ganhar com o mercado acionário. Bons dividendos também podem ser obtidos por quem investe em projetos sociais. A Bolsa de Valores Socioambientais (BVSA) possui uma carteira composta por 15 projetos. “É tudo bastante transparente, pois o doador pode acompanhar o volume arrecadado em cada iniciativa”, afirma Sonia Favaretto, diretora de Sustentabilidade da BM&FBOVESPA. A BVSA é referência mundial para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e foi copiada pelas bolsas de Johannesburg e de Lisboa. Desde a sua criação, em 2003, já arrecadou R\$12,3 milhões para financiar 119 iniciativas.

ESTREIAM OS FUTUROS DE ÍNDICES BRICS

A BM&FBOVESPA iniciou, no final de março, a negociação de contratos futuros dos índices de ações das Bolsas Micex-RTS, da Rússia (MIX), Bombain Stock Exchange, da Índia (BSE), Hong Kong Exchanges, da China (HSI) e Johannesburg Stock Exchange, da África do Sul (JSE). “Num futuro não muito distante teremos liquidez em todos esses produtos”, previu o diretor de Renda Variável da BM&FBOVESPA, Júlio Ziegelmann, após cerimônia de lançamento dos contratos, em São Paulo. A operação integrada com as demais bolsas dos países BRICS marca a primeira etapa do acordo para listagem de um Índice BRICS, em fase de estruturação, para ser negociado nos mercados acionários dos cinco países. Dos quatro produtos disponíveis para investidores brasileiros, dois contratos futuros terão vencimento mensal, o BSE e o HSI. Os outros dois, MIX e JSE, terão vencimento trimestral.



*THEO CARNIER É JORNALISTA ECONÔMICO.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

NÃO LEGALIZADO

A Comissão das Operações no Mercado Futuro de Commodities (CFTC) dos Estados Unidos recusou o pleito da Bolsa de Derivativos Norte-Americana (Nadex) pelo lançamento de contratos de opções sobre o vencedor das eleições presidenciais, marcadas para 6 de novembro. Para a CFTC, a introdução dessas opções, ao envolver apostas, poderia influenciar indevidamente os resultados da eleição, incentivando financeiramente os operadores a votar em candidatos específicos. Além disso, a lei Dodd-Frank, que trata da reforma financeira nos Estados Unidos, determina que o órgão regulador deve proibir contratos ligados ao terrorismo, à guerra, aos jogos de azar e a outros eventos contrários ao interesse público. Enquanto isso, a Intrade, que escapa da regulamentação da CFTC por estar sediada na Irlanda, continua a operar contratos baseados em fatos políticos, a ponto, inclusive, de tornar-se um site de sondagem de opinião.

(*New York Times*, 2/4/2012)



Bolsa de Valores da Nigéria (NSE)

E NÃO É SÓ!

O Grupo Nasdaq OMX e a LCH.Clearnet firmaram acordo não vinculante por meio do qual a primeira adquirirá participação na segunda em troca da aquisição, pela LCH.Clearnet, do Grupo Internacional de Clearing de Derivativos (IDCG), especializado na compensação de operações de swap realizadas no mercado norte-americano e pertencente ao Grupo Nasdaq OMX. A Bolsa de Valores de Londres (LSE), que quer adquirir 60% do controle acionário da LCH.Clearnet, pagando €20 por ação aos acionistas, considera o negócio potencialmente significativo, por fortalecer a posição da LCH.Clearnet no mercado de derivativos de balcão, cujo segmento Swapclear é líder no mercado de swaps de taxa de juro.

E tem mais I: a oferta de compra da LSE avalia a LCH.Clearnet em €813 milhões.

E tem mais II: o Grupo Nasdaq OMX também assinou acordo com a Bolsa de Valores da Nigéria (NSE) para substituir a plataforma do mercado acionário nigeriano por uma nova, prevista para entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2013, bem como com a Bolsa do Egito (EGX), a fim de estender seu relacionamento atual por mais cinco anos, de forma a manter seu apoio operacional à plataforma de negociação egípcia, fornecida pelo grupo.

(*Reuters*, 24/4, e *Mondo Visione*, 27/4 e 3/5/2012)

DE GRÃO EM GRÃO

Os investidores gastam tempo e dinheiro escolhendo ações para uma carteira que lhes proporcione bons rendimentos, mas se esquecem de que, em tempos de mercados eletrônicos de alta velocidade, o principal é o dinheiro que se perde na execução de suas operações. Esta é a conclusão do estudo conduzido pela empresa Woodbine Associates, segundo o qual o roteamento precário de ordens e as diferenças de preço entre as ações negociadas nos 13 diferentes mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos podem atingir US\$4,5 bilhões em perdas anuais. Isso porque, mesmo que a diferença de custo entre as várias bolsas de valores locais seja de frações de centavo de dólar para cada mil ações, o montante, a longo prazo, torna-se bastante expressivo. Já para uma ordem envolvendo 50 milhões de ações, por exemplo, tais perdas podem chegar a US\$45 mil. (Reuters, 7/5/2012)

CONGESTIONADO

Estava previsto o lançamento, pelo Grupo Nasdaq OMX, de uma nova bolsa de opções, nos moldes do segmento Nasdaq Options Market, para, posteriormente, transformar-se em mercado voltado exclusivamente aos dealers. Com o nome Nasdaq OMX BX Options, será a terceira bolsa de opções do grupo, posicionando-se entre as outras duas – PHLX e NOM. A primeira oferece negociação eletrônica e de viva voz com modelo tradicional de alocação de ordens, ao passo que a segunda proporciona mercado totalmente eletrônico, com a alocação de ordens priorizando preço e tempo.

E tem mais I: além da Nasdaq OMX BX Options, deverão ser lançados nos Estados Unidos, ainda em 2012, a Miami International Securities Exchange (Miax) e a Bolsa Internacional de Valores Mobiliários (ISE), as quais se juntarão aos nove mercados de opções lá existentes.

E tem mais II: a BOX Options Exchange obteve aprovação dos reguladores norte-americanos para atuar como organização autorreguladora, liberando-a da necessidade de pagar terceiros – no caso, o Grupo Nasdaq OMX – para desempenhar esse papel.

E tem mais III: no quarto trimestre, a Chicago Board Options Exchange (CBOE) vai transferir seu núcleo de negociação principal para um centro de dados localizado em Nova Jersey, com o intuito de reduzir a latência para seus participantes e, em consequência, os custos operacionais.

(Traders Magazine Online, 5/4, Reuters, 30/4 e 4/5, e Securities Technology Monitor, 4/5/2012)



O CRIME NÃO COMPENSA

Em fevereiro deste ano, a Agência Federal de Investigações (FBI) dos Estados Unidos lançou campanha publicitária, estrelada pelo ator Michael Douglas, em que este solicita ao público que denuncie fraudes e informações privilegiadas envolvendo títulos e valores mobiliários. A campanha faz parte da pressão contínua do órgão federal sobre o comportamento criminoso nos mercados financeiros locais. No filme *Wall Street – Poder e Cobiça*, Douglas interpreta um executivo ganancioso que trapaceia para obter lucros, enquanto investidores inocentes perdem suas economias. O filme trata de ficção, mas o problema é real. A dica de Michael Douglas: “Se um negócio parece bom demais para ser verdade, é muito provável que seja mesmo”.

O vídeo está disponível em fbi.gov/news/stories/2012/february/financial-crimes_022712.

(Mondo Visione, 28/2/2012)

VENDENDO HISTÓRIA

O Grupo CME vendeu, por US\$151,5 milhões, dois dos três prédios que compõem o complexo de edificações da Bolsa de Comércio de Chicago (CBOT), no número 141 do lado oeste da Avenida Jackson, em Chicago. Como parte do negócio, o grupo arrendará, por 15 anos, os 14 mil m² que ocupa em ambos, inclusive o pregão de viva voz das commodities agrícolas. O edifício art déco, construído em 1929, passou por reformas em 2006, com o custo de US\$22,6 milhões. O complexo foi incorporado pelo grupo em 2007, como resultado da fusão entre as bolsas CME e CBOT. Depois da fusão, os pregões da CME foram transferidos para o prédio situado a leste, em que foram gastos US\$18,1 milhões em reformas, inclusive com a adição de postos e cabinas de pregão. O Grupo CME manterá a propriedade desse edifício, de 27 mil m², que abriga a sala de negociação de ativos financeiros e cujo endereço será alterado para o número 333 do lado sul da rua LaSalle.

E tem mais: o Grupo CME assumiu 100% do controle da GreenX, a segunda maior bolsa de créditos de carbono do mundo, cujos contratos e posições em aberto – atualmente ao redor de 100 mil – serão migrados para a carteira de produtos do grupo. Em 2011, a GreenX negociou mais de 450 mil toneladas de dióxido de carbono.

(*Mondo Visione*, 3/4, e *Chicago Tribune*, 23/4/2012)



MARKETING

A Mixec-RTS, a nova bolsa de valores mobiliários russa, decidiu mudar de nome, para Bolsa de Moscou. A fusão de US\$4,5 bilhões – entre a Bolsa de Câmbio Interbancário de Moscou (Micex) e o Sistema de Negociação Russo (RTS) – que teve apoio do estado e foi finalizada em dezembro de 2011, faz parte da plataforma política do primeiro-ministro, Dmitry Medvedev, de tornar Moscou um centro financeiro internacional competitivo, mediante o aperfeiçoamento da infraestrutura de mercado e a facilidade de acesso aos investidores estrangeiros. Adicionalmente, a nova bolsa pretende lançar oferta pública inicial até 2013.

(*Financial News*, 18/5/2012)



ESTÁTUA!

A maior parte dos funcionários de empresas privadas continua a não divulgar informações sobre o comportamento inadequado de colegas... pelo menos até que a questão se torne um grande imbróglio financeiro. De acordo com estudo recente, realizado pela empresa de consultoria Corporate Executive Board com 500 mil funcionários de 150 empresas (em sua maioria, prestadoras de serviços financeiros) ao longo de quatro anos, os funcionários não relatam 50% da má conduta que observam. E, mesmo que comportamentos antiéticos sejam informados, 60% dos gestores afirmam somente divulgar as informações a executivos seniores caso o impacto do problema seja maior que US\$1 milhão. O principal motivo da não delação é o medo da retaliação, que pode incluir a perda do emprego, de promoção, de bônus, na expectativa de que o problema seja esquecido e que nenhuma medida seja tomada.

(*CNNMoney/Fortune*, 11/4/2012)



ÀS VEZES O COMMODITY DE MAIOR VALOR NÃO É A **SOJA, PETRÓLEO, OU OURO**

Qualquer que seja seu cargo ou papel no mercado de commodities, nós oferecemos mais que informação – oferecemos notícias realmente relevantes, precisas e pontuais, acesso direto a analistas experts prospectivos, dados fundamentalistas exclusivos, comunidades, e muito mais. Esse conhecimento único de mercado permite que você saiba exatamente como está o mercado e a provável direção para onde ele irá — dando a você a confiança necessária para tomar as decisões certas.

NOSSO CONHECIMENTO DE MERCADO SEM IGUAL **É O MELHOR
COMMODITY QUE VOCÊ PODE TER.**

financial.thomsonreuters.com/commodities



PARCEIRAS I

A Bolsa de Futuros Financeiros da China (CFFEX) formou aliança com a Nyse Euronext, em apoio a estratégias de desenvolvimento para os respectivos mercados futuros e de opções, ampliando o alcance global das duas instituições. A CFFEX também assinou protocolo de intenções com a Bolsa de Opções de Chicago (CBOE), com a finalidade de estabelecer um canal de comunicação e as bases para esforços de colaboração futura entre as duas instituições, assim como com a Deutsche Börse, para facilitar o desenvolvimento dos mercados financeiros dos dois países. (*Mundo Visione*, 16 e 17/5/2012)

PARCEIRAS II

A Bolsa de Valores de Tóquio (TSE) e o Mercado de Valores Mobiliários GreTai (GTSM), de Taiwan, celebraram protocolo de intenções, com o intuito de estreitar seu relacionamento e explorar oportunidades de troca de informações, bem como elaborar e listar produtos financeiros. Acordo semelhante foi firmado entre as bolsas de valores da Turquia e da Macedônia, visando aprofundar a cooperação que existe entre os dois mercados. Enquanto isso, as bolsas de valores de Bucareste (BSE) e de Londres (LSE) estabeleceram acordo de cooperação para trabalhar juntas em favor da divulgação das oportunidades de investimento no mercado romeno. (*Mundo Visione*, 28/3, 8 e 24/5/2012)

NOVAS FRENTES

O Grupo Eurex foi autorizado pela Bolsa de Valores de Viena a emitir produtos financeiros sobre o índice RDX, que acompanha as tendências de preço dos certificados representativos de ações de empresas russas listadas na Bolsa de Valores de Londres (LSE). Além do RDX, a bolsa de Viena publica outros 70 índices. Já com a Bolsa de Cingapura (SGX), o Grupo Eurex criou parceria em prol do acesso de mercado e da redução de custo para os participantes dos dois mercados, com a interligação de seus centros de dados de co-location, com vistas em facilitar a conectividade. Adicionalmente, com a Bolsa de Energia Europeia (EEX), o Grupo Eurex estendeu a cooperação existente na área de produtos para todas as commodities negociadas na EEX. (*Mundo Visione*, 16/2 e 13/3, *Commodities Now*, 20/3/2012)

ADEUS

A Bolsa de Grãos de Tóquio (TGE) será dissolvida durante o atual exercício fiscal, em função da queda de seu volume de negociação em quase 90%. A decisão acerca da dissolução estava prevista para junho, em assembleia de acionistas. Seu principal contrato, o futuro de arroz, será transferido para a Bolsa de Commodities Kansai, situada em Osaka, enquanto os futuros sobre os demais grãos, como milho e soja, serão migrados para a Bolsa de Commodities de Tóquio. A negociação com o contrato futuro de arroz retornou à TGE em 2011, depois de um hiato de 72 anos, com muita expectativa. Mas ele não gerou a liquidez necessária, pois não atraiu as organizações associadas às cooperativas agrícolas japonesas, que acreditavam que as operações provocariam distorção dos preços da commodity. (*Daily Yomiuri Online*, 12/5/2012)

O BRENT EM ASCENSÃO

O mercado futuro de petróleo bruto foi mais ativo em Londres do que em Nova York pela primeira vez em 17 anos, reforçando o papel ascendente desempenhado pelo tipo *Brent* na fixação dos preços globais da commodity. Em abril, foram negociados 11,3 milhões de contratos futuros do tipo Brent na ICE Futures Europe, em comparação com 10,6 milhões do tipo West Texas Intermediate (WTI) na Bolsa Mercantil de Nova York (Nymex). O WTI tem sido negociado com deságio sobre o Brent desde 17 de agosto de 2010.

E tem mais I: a Bolsa Mercantil de Dubai (DME) – cujo único produto é o contrato futuro de petróleo bruto de Omã – está fazendo lobby com Arábia Saudita e outros produtores de petróleo do Golfo Persa para que adotem seu contrato futuro como referencial para os preços de venda oficiais do produto na Ásia, que utiliza como benchmark o valor de Dubai, publicado pela Platts (divisão da McGraw-Hill Cos).

E tem mais II: o Grupo CME dobrou, para 50%, sua participação na DME, cujo segundo principal acionista é o Oman Investment Fund, o qual também elevou sua participação na bolsa de Dubai de 25% para 29%. (*Bloomberg*, 21/2 e 28/3, e *Bloomberg BusinessWeek*, 9/5/2012)

*PATRÍCIA BRIGHENTI É JORNALISTA E TRADUTORA JURAMENTADA.

**MODELO ÚNICO
DE NEGÓCIOS**

● A Copersucar detém a gestão de todos os elos da cadeia sucroenergética, desde o acompanhamento da safra até os mercados finais, incluindo o armazenamento, transporte e comercialização em larga escala.

**PRESENÇA
GLOBAL**

**GOVERNANÇA E
SUSTENTABILIDADE**

● A Copersucar é a maior comercializadora brasileira de açúcar e etanol integrada à produção, com 22% do mercado brasileiro na safra 2011/2012 e 10% do mercado mundial de açúcar de livre comércio.

● A Copersucar adota os padrões do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e do Novo Mercado da BM&FBovespa e tem sua gestão de sustentabilidade focada na performance e perenidade do negócio.



A CHINA, ALÉM DOS RECORDES ECONÔMICOS

POR FÁBIO PAHIM JR.*

A rápida ascensão econômica da China – e sua importância crucial para o ritmo mundial de atividade – é um tema superexplorado, presente até nas seções de turismo da imprensa. O mesmo não ocorre com a política chinesa, um assunto bem mais complexo. Há, por exemplo, uma separação nítida entre os mecanismos internos de decisão e a condução da política internacional. Sob um título singelo (*Sobre a China*, Editora Objetiva, 556 págs.), o livro do ex-secretário de Estado norte-americano e consultor, Henry Kissinger, é leitura obrigatória para quem quer – ou precisa – entender a política chinesa e seus mistérios.

Não é, esclareça-se, um livro de denúncia sobre o desrespeito aos direitos humanos, simbolizado, no passado, pelo tratamento dispensado ao médico dissidente Fang Lizhi e, nos últimos dias, pela saga do dissidente cego Cheng Guangcheng, que disse à revista alemã *Der Spiegel* que “na China não existem garantias para os direitos civis” e que sua família está fisicamente ameaçada pela polícia da Província de Shandong, onde ficou confinado durante anos até fugir para a embaixada norte-americana, em abril. No texto de Kissinger, o tema dos direitos humanos, sem ser ignorado, surge antes como elemento de conflito nas relações entre Washington e Pequim.

O livro de Kissinger trata da história diplomática sino-americana dos últimos 40 anos. A ênfase está no período em que o autor condu-

ziu os encontros entre os presidentes Richard Nixon e Mao Zedong, no início dos anos 70. Mas o texto vai além, passando por temas como o das relações entre a China continental e Taiwan, a ilha para onde se deslocou o adversário derrotado de Mao, Chiang Kai-shek; o temor chinês de invasão pela União Soviética; o impacto da Revolução Cultural sobre o próprio Mao (que desencadeou o movimento) e sobre a sociedade chinesa; o desafio da Gangue dos Quatro (um dos quais, a mulher de Mao, Jiang Qing); a aproximação lenta e gradual entre os Estados Unidos e a China; e, afinal, a era de ouro do crescimento chinês. O livro ajuda a entender como age o comando político da China.

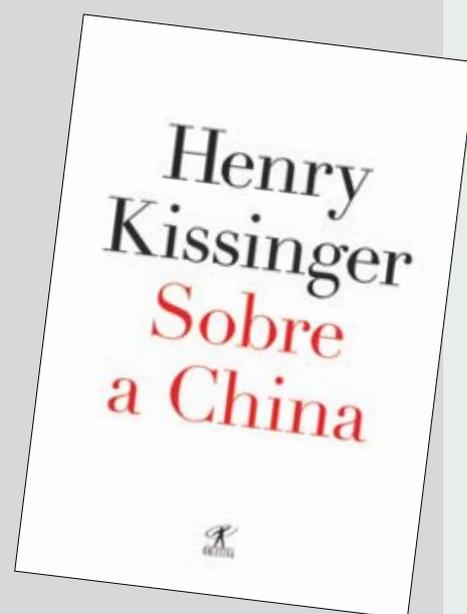
A China é tudo, menos democrática e pacifista. Derrotada no passado pelo Japão, devastada pela guerra civil vencida por Mao, em 1949, ensandecida pela Revolução Cultural que humilhou e causou a morte de intelectuais e políticos (antes de se tornar o líder supremo, Deng Xiaoping foi mandado para longe de Pequim e um de seus filhos ficou paraplégico após ter sido jogado das alturas pelos “guardas vermelhos”), a China recuperou territórios do tempo em que era o Império do Meio, ocupou um pedaço do Himalaia disputado com a Índia e invadiu o Vietnã após a queda de Saigon, não para ocupar o país, mas para impedir o risco de uma Indochina forte – e apoiada pela Rússia, que não reagiu à ofensiva –, formada por

Vietnã, Laos, Camboja e Tailândia. A política chinesa tem como base a defesa do território e das extensíssimas fronteiras – 3 mil quilômetros só com a Rússia, além de Coreia do Norte, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Paquistão, Índia, Butão, Myanmar, Laos e Vietnã.

Vale-se de princípios militares como o da chamada deterrência ofensiva – ou fortalecimento para impedir ataques. Discursos inflamados foram marca maoísta. “Não devemos temer a guerra”, disse Mao, em 1957, ao primeiro-ministro soviético Nikita Kruschchev, que visitava a China e pretendia valer-se da condição de superpotência nuclear para ampliar seu poder político e militar às custas da China. São chocantes, se tomadas ao pé da letra, as palavras de Mao – misto da autoestima e do destemor do velho e sanguinário líder – ao chefe russo: “Não devemos ter medo de bombas e mísseis atômicos. Não importa o tipo de guerra que possa vir – convencional ou termonuclear –, vamos vencer. Quanto à China, se os imperialistas deflagrarem a guerra contra nós, podemos perder mais de 300 milhões (de habitantes). E daí? Guerra é guerra. Os anos vão passar, e vamos trabalhar para produzir mais bebês do que nunca”.

É provável que afirmações desse tipo tenham contribuído para desestimular ações soviéticas belicosas. A China sabia o que temia. As políticas expansivas e agressivas do Kremlin foram evidentes na ocupação dos estados satélites e na imposição de

O livro de Kissinger trata da história diplomática sino-americana dos últimos 40 anos. A ênfase está no período em que o autor conduziu os encontros entre os presidentes Richard Nixon e Mao Zedong, no início dos anos 70. Mas o texto vai além, passando por temas como o das relações entre a China continental e Taiwan; e o temor chinês de invasão pela União Soviética



tiranos leais em países do Leste Europeu. Krushev, mostra Kissinger, pretendia enquadrar a China como irmão mais fraco da União Soviética. Essas palavras foram entendidas por Mao como demonstração de desprezo. Mao reagiu com fúria à proposta de construir uma estação de rádio na China para se comunicar com submarinos soviéticos e ajudar os chineses na construção de submarinos, em troca do uso de seus portos pela marinha soviética. Krushev queria ter acesso aos portos do Pacífico. “Não”, disse Mao, “não vamos concordar com isso tampouco. Que cada país mantenha suas forças armadas em seu próprio território e no de mais ninguém”.

A razão central para o diálogo e a busca de identidades sino-americanas foi o entendimento de que a União Soviética – uma das duas superpotências, ao lado dos Estados Unidos –, com todo o seu poder militar, era a principal ameaça ao equilíbrio global (e à segurança da China). Kissinger relatou amplamente essas preocupações, importantes também para a política externa norte-americana. Revelou pormenores e fez interpretações só permitidas a um personagem-chave do entendimento sino-americano (ele próprio, então secretário de Estado).

A narrativa começa nos fundamentos do Estado chinês, que nos primórdios do século 19 respondia por 30% do PIB mundial e era um país voltado para dentro, lembra o papel de guerreiros como Sun Tzu e os ensinamentos de Confúcio, que viveu cinco séculos antes da era cristã.

Como explicou Kissinger em entrevista ao jornalista Lucas Mendes: “Devemos evitar dar lição de moral aos chineses. Por exemplo, quando um americano chega e diz que a China deve amadurecer e se conscientizar de que agora é um país desenvolvido, os chineses se sentem muito insultados com isso, porque eles acham que têm uma grande história antes mesmo que nós existíssemos. Quando dizem que eles devem aprender a seguir as regras... Sim, eles devem seguir as regras, mas eles acreditam que devem participar da elaboração das regras. Portanto, nós precisamos ter em mente que a percepção que os chineses têm de si mesmos é a de que, durante a maior parte da História, eles foram o país que liderou cultural e politicamente sua região”.

As lideranças chinesas se sucedem no livro, presentes nos diálogos cautelosos ou amistosos de Nixon e Kissinger com Mao Zedong, Zhou

Enlai, Deng Xiaoping, Jiang Zemin, Hu Jintao, Wen Jiabao, entre outros. (O premiê Wen Jiabao será substituído, em 2013, por Le Qekiang). Nas 70 viagens feitas pelo autor à China, foi possível entender tanto a força, como as limitações impostas aos governantes do maior país do mundo. Tudo, para os chineses, é político – a questão é entender as motivações.

O filósofo Confúcio é um bom exemplo. Proscrito na Revolução Cultural, foi reabilitado e hoje sua estátua está na Praça da Paz Celestial (Tiannamen), a mesma dos conflitos de 1989 que puseram fim às aspirações de liberdade política na China. A estátua de Confúcio está próxima do túmulo de Mao.

O QUE DIZEM OS CHINESES

Algumas frases e escritos permitem ter uma ideia mais clara da ideologia chinesa – mas também do valor apenas retórico da propaganda e dos rótulos, por exemplo, o de que “o imperialismo é um tigre de papel”.

Ditaduras de esquerda e direita têm mais pontos de identidade do que apregoam seus chefes. Mas Mao foi além ao falar com entusiasmo sobre os políticos de direita em países democráticos. Em conversa com Nixon, afirmou: “Gosto dos direitistas.

As pessoas dizem que vocês são direitistas, que o Partido Republicano é direita, que o primeiro-ministro (Edward) Heath (da Inglaterra) também é de direita”. Nixon observou: “E o general De Gaulle”. Mao respondeu: “De Gaulle é uma questão diferente. Também dizem que o Partido Democrático Cristão da Alemanha Ocidental é de direita. Fico relativamente feliz quando essas pessoas de direita chegam ao poder”.

Kissinger escreveu que o “restabelecimento da amizade entre os povos chinês e americano” era visto por Zhou Enlai, o braço direito de Mao durante décadas, como “uma atitude necessária para promover um novo equilíbrio internacional, não um estado final de relacionamento entre povos”.

Mao disse a Kissinger que a União Soviética representava uma ameaça global, mas que a URSS tinha fraquezas de longo prazo: “Eles tem de lidar com adversários demais”. O Pacífico, o Japão, a China, o sul da Ásia, citou. Para a China, seria melhor que os Estados Unidos aumentassem sua influência na Europa e no Oriente Médio, contrabalanzando o poder soviético.

Morto Mao, enterrada a Revolução Cultural e derrotada a Gangue dos Quatro, Deng Xiaoping começou a trilhar um caminho rápido até se tornar o principal líder chinês. Em vez do populismo e da exaltação maoísta, Deng defendeu a educação. A China estava em frangalhos, econômica e politicamente. Cem milhões de agricultores passavam fome. Sem a liderança de Mao, os riscos políticos pareciam enormes. Mao nada entendia de administração, nem de produção agrícola e muito menos de eficiência – apenas de política. Com a saída de cena do “grande timoneiro”, como Mao era chamado, o poder ficou, formalmente, com Hua Guofeng, que herdou os cargos de Mao e Zhou Enlai. Deng Xiaoping foi indicado vice-primeiro-ministro. E, aos poucos, tornou-se figura-chave do regime. O povo precisava receber uma cota do que pro-

duzia, era uma de suas máximas. Com Deng, a economia foi descentralizada e milhares de estudantes chineses enviados ao Exterior para se aprimorar. Ao contrário de Mao, em geral Deng buscava a invisibilidade. Recusava títulos honoríficos, “quase nunca aparecia na televisão e praticava a política quase inteiramente nos bastidores”, segundo Kissinger – para quem Deng agia não como um imperador, mas como um mandarim. Mao pedira sofrimento à população, “Deng governava liberando a criatividade do povo chinês”. Proclamava que a China precisava de tecnologia, especialização e capital externo para “remediar suas deficiências”.

Também ao contrário de Mao, que viajou para o Exterior apenas duas vezes, Deng foi ao Sudeste Asiático, aos Estados Unidos, ao Japão. Dizia e repetia que a China era pobre e precisava dos estrangeiros. Promoveu a reconciliação com o Japão e admirou-se com a prosperidade conquistada pelo governo do primeiro-ministro Lee Kuan Yew, em Cingapura. Nos Estados Unidos, falou da política das Quatro Modernizações – para agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional.

Na segunda metade dos anos 80, o próprio Deng considerou que sua missão estava avançada e começou a preparar a sucessão. Mas o indicado, Zhao Ziyang, caiu em desgraça no rescaldo das manifestações da Praça da Paz Celestial, de 1989. Em 1990, Deng retirou-se e o secretário do Partido Comunista em Xangai, Jiang Zemin, tornou-se o secretário-geral do partido. Zemin era “caloroso e informal”, segundo Kissinger. Falava bem o inglês, comunicava-se com os interlocutores internacionais. Mas, acima de tudo, aproveitou o legado de Deng para assegurar à China um enorme crescimento. O vigor econômico prosseguiu com seus sucessores, Hu Jintao e Wen Jiabao, desde 2002-2003.

Estados Unidos e China, então, já conversavam como as duas maiores

potências mundiais. As diferenças óbvias de perspectiva não impediram a mútua dependência: a China dependia das importações norte-americanas e os Estados Unidos dependiam do país investidor que adquiria maciçamente os títulos públicos norte-americanos.

ENTENDENDO A ECONOMIA

Mas, a lógica econômica dos chineses era – e é – muito diferente da norte-americana. Na visão americana, notou Kissinger, o baixo valor do yuan é visto como manipulação monetária favorecendo as empresas chinesas – e assim prejudica as companhias norte-americanas. Mas Wen Jiabao explicou porque a China não valorizaria drasticamente sua moeda: “Não se sabe quantas empresas chinesas iriam à falência. Haveria grandes tumultos. Só o prêmio chinês tem uma pressão dessas em seus ombros. Essa é a realidade”.

Como escreveu Kissinger: “Os Estados Unidos tratam as questões econômicas do ponto de vista das exigências do crescimento global. A China considera as implicações políticas, tanto domésticas como internacionais. Quando os Estados Unidos insistem com a China para que consuma mais e exporte menos, estão expressando uma máxima econômica. Mas, para a China, um setor exportador em encolhimento significa, talvez, um considerável aumento no desemprego com consequências políticas”.

O livro mostra a dupla face da China, em que convivem um modelo político autoritário e um modelo econômico para o qual crescer 8% ou 9%, como em 2012, significa desaceleração. “Brasil, ame-o ou deixe-o”, dizia o slogan dos militares brasileiros nos anos 70. Mutatis mutandis, não é possível (estar no mundo e) deixar a China. Ela está cada vez mais dentro da sua casa. 

* FÁBIO PAHIM JR. É COORDENADOR EDITORIAL DA REVISTA DA NOVA BOLSA.

Dow AgroSciences Pastagem.

Soluções do tamanho do Brasil.



ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

CONSULTE SEMPRE UM ENGENHEIRO AGRÔNOMO. VENDA SOB RECEITUÁRIO AGRÔNOMICO.



É mais que produto. É tecnologia, programas e serviços de qualidade.

O Brasil é o maior exportador de carne do mundo e a **Dow AgroSciences** tem papel importante nessa conquista. Com um portfólio completo de soluções para pastagens, a **Dow AgroSciences** vai além dos melhores produtos e oferece programas e serviços de qualidade que contribuem para o aumento da produtividade por hectare. Inovações que dão todo o suporte para o pecuarista e o país continuarem crescendo.

0800 772 2492 | www.dowagro.com.br

 **Dow AgroSciences**
***PASTAGEM**

MERCADO MUNICIPAL: O TEMPLO DAS ESPECIARIAS



Prestes a completar 80 anos, o Mercado figura, ao lado do Edifício Itália, da Estação Júlio Prestes e do Pátio do Colégio, entre os pontos turísticos de maior interesse na Capital, visitado por viajantes de todo o mundo – mas, muito além disso, é um ambiente único que oferece preciosidades culinárias disputadas não só por clientes, mas por dezenas de milhares de pessoas que para lá se dirigem todos os dias

POR **HUMBERTO WERNECK***
FOTOS **AGÊNCIA LUZ**

Massimo Ferrari era um garoto quando o pai, Felice, o levava, ainda de madrugada, para fazer compras no Mercado Municipal Paulistano. Ex-oficial da Força Aérea Italiana, Felice havia pousado em São Paulo após a guerra e aqui abriu, sucessivamente, três churrascarias – Pampa, Farroupilha e Cabana. Era para abastecer a cozinha dessas casas que ele madrugava no Mercado, como dizem muitos – sem desconfiar, provavelmente, de que estava proporcionando ao seu jovem acompanhante uma experiência decisiva. “Toda a verdura ficava exposta no lado de fora do prédio, e aquele mar de verde era um espetáculo tão fascinante que descortinou para mim o mundo que seria o meu, o da gastronomia”, conta Massimo – criador do multiestrelado restaurante que leva seu nome, na Alameda Santos, em São Paulo.

Mais de meio século depois, já não se usa expor mercadorias ao ar livre, como antigamente, mas o velho mercado, prestes a completar oitenta anos de existência, não perdeu sua capacidade de atear encantamento, e não apenas em garotos como foi Massimo Ferrari. Muito mais do que um ponto de comércio, não espanta que hoje ele figure, segundo a Prefeitura paulistana, entre os dez pontos turísticos mais visitados da cidade, na cintilante companhia, por exemplo, do Edifício Itália, da Estação Júlio Prestes ou do Pátio do Colégio. Seja para comprar, seja comer bem, seja simplesmente para admirar o que é belo ou curioso, o Mercado Municipal consolidou-se, diria um americano, como um *must go place* na capital paulista. Exagero? Saiba então que nada menos de 30.000 pessoas, em média, passam por ali em dias de semana, e que este número, aos sábados, domingos e feriados, costuma dobrar.

Observando-se o que se expõe à venda em seus 272 boxes é bom pensar que parte daquelas mercadorias vai estar, mais tarde, na mesa dos melhores restaurantes de uma metrópole que tem na gastronomia, justamente, um de seus pontos fortes. É no Mercado que o chef francês Laurent Suaudeau, entre tantos outros, manda buscar peixes e frutos do mar para as aulas da escola de arte culinária que leva seu nome – muitas vezes, na peixaria RRB, de Renato Rabelo Batista. “Lagosta, cavaquinha, lula, polvo, robalo, badejo, camarões rosa grandes”, enumera o jovem Renê,

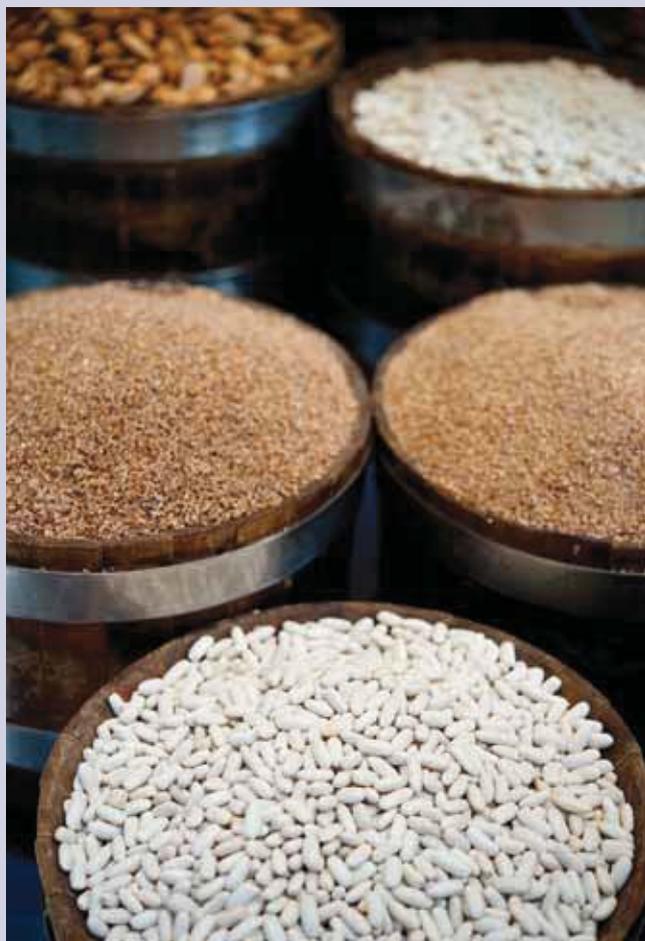
CONTRAPONTO

filho de Renato, acrescentando a informação de que, rigoroso, “o Laurent exige produtos frescos, do dia”. Ele conta que ali se abastecem também as cozinhas de hotéis do nível do Emiliano, por exemplo, onde pontifica o *chef* José Barattino.

Atualmente, à frente de sua rotisseria, a Felice e Maria, é na Roni Queijos que o citado Massimo Ferrari compra manteiga e ricota extra. A mesma ricota, aliás, fartamente utilizada nos cardápios das numerosas casas que o *restaurateur* Walter Mancini plantou na Rua Avanhandava, no Centro de São Paulo. Roni – como é mais conhecido o dono do negócio, Roque Bruno Tadeu Peta, engenheiro civil convertido ao universo dos laticínios – que aprovisiona em mussarela a pizzeria Veridiana, numa conhecida esquina do bairro de Santa Cecília. Exclusivamente para outra pizzeria, a Bráz, ele fabrica (no município de São Sebastião da Gramma, perto de São João da Boa Vista, quase divisa com Minas Gerais) uma mussarela ainda mais especial, pouco curada e com pouco sal, explica, “o que a aproxima da mussarela italiana”. Tão cauteloso quanto perfeccionista, Roni diz que não lhe interessa crescer demais, para não pôr em risco a qualidade dos produtos, encontrável na refinada Casa Santa Luzia, nos Jardins, mas não em supermercados.

Outro freguês fiel, ali, é Pasquale Nigro que, com sua mulher, Cleide, toca a sempre apinhada cantina Pasquale, na Vila Madalena. “Compro muita coisa lá”, diz: manteiga (“não tem igual, não dá para substituir, o cliente percebe”), provola, mussarela, ricota de cabra, ricota defumada (“mais seca, fácil de ralar”) e caccio cavallo, queijo entre a mussarela e o provolone. “Você não encontra um caccio cavallo igual ao do Roni”, afirma Pasquale, “parece o que se produz na Puglia” – a região italiana cuja culinária inspira a cozinha da vitoriosa casa da Vila Madalena. E o que dizer, então, do butirro, queijo feito com a mesma massa do caccio cavallo e que tem seu núcleo recheado de manteiga?

Pasquale Nigro, que frequentava o Mercado muito antes de se tornar *restaurateur*, há onze anos, em busca de ingredientes para fazer em casa a sua *soppressata*, tem lá hoje um esquema para abastecer a despensa da cantina: um motoboy a quem passa, por telefone, a incumbência de apanhar encomendas. Além dos queijos do Roni, pode ser um provolone apimentado ou “um queijo fresco, muito interessante, do Empório Cruzília”. Amêndoas e pistache, para o sorvete, do Empório Reno. Ou, ainda, tempe-





CONTRAPONTO

ros e tripa da Casa de Salgados Rocha, para fabricar linguiça. “Mando buscar”, diz o Pasquale, “mas vou eu mesmo sempre que posso, porque é preciso ficar de olho, assuntar, descobrir, ver se há novidades”.

Pessoas físicas e jurídicas não dispensam as carnes ditas exóticas – jacaré, javali, queixada – do açougue que leva o pitoresco nome de Porco Feliz. Não longe dali, desdobra-se para atender às encomendas a Casa Quintas de Feijoada, fornecedora, entre outros restaurantes, do À Brasileira e do Arcos da Cantareira. No comando do dia a dia segue firme o proprietário, Antônio Cerveira Quintas Filho que, aos 84 anos, é o decano dos comerciantes do Mercado Municipal, de acordo com o filho Marco Antônio: “O velho está aqui faz 75 anos”, contabiliza o herdeiro, “menos quinze dias de férias que tirou certa vez”.

Entre a pesagem de pertences para feijoada, seu Quintas conta que começou ali no final da década de 1930, aos nove anos, ajudando o pai, fundador da casa, circunstância que faz dele um conhecedor como poucos da história no mercado. História que inclui capítulos dramáticos, sobretudo do tempo em que, em época de chuvas, as águas do Tamanduateí invadiam toda a parte térrea do prédio. Seu Quintas descreve em detalhes uma daquelas inundações, com mercadorias a boiar, no verão de 1964. Outros veteranos não esquecem a de 1966, quando as águas atingiram, nas paredes, a marca de um metro de altura. Talvez se trate da mesma tragédia a que se refere Leonardo Chiappetta, do afamado empório conhecido por esse sobrenome, botando a mão no alto do peito para indicar até onde seu corpo esteve mergulhado na batalha para salvar mercadorias.

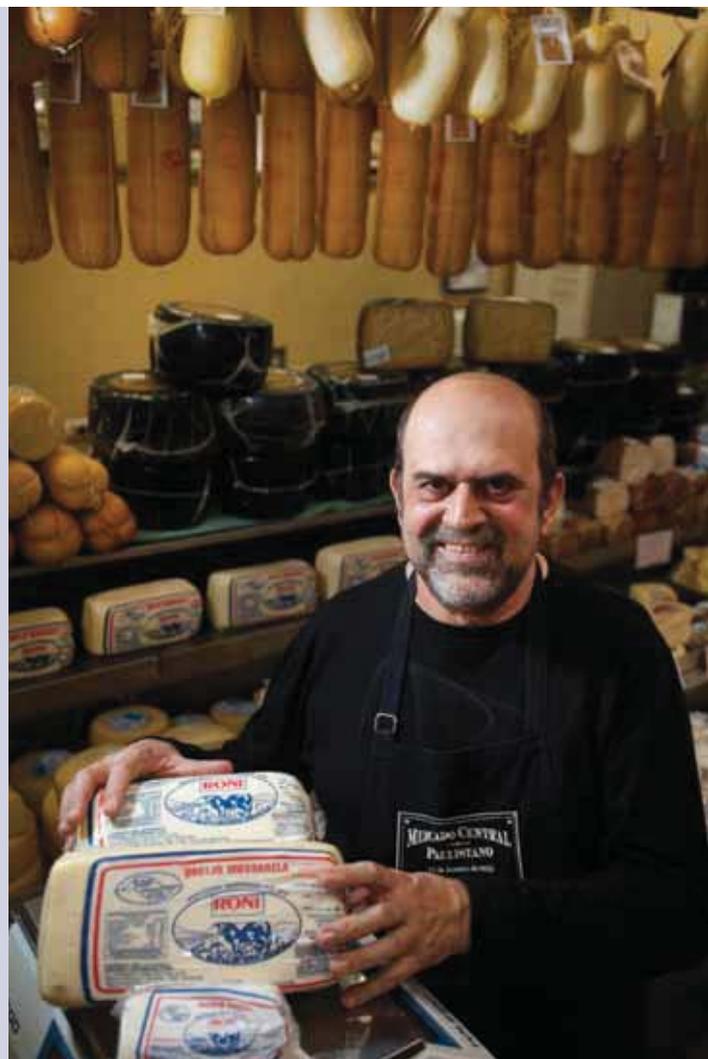
“As enchentes eram tão comuns”, rememora Leonardo, “que, aqui dentro, já estávamos acostumados a subir em caixas nessas ocasiões”. Uma vez, aí por 1967 ou 68, perdeu-se enorme quantidade de artigos às vésperas do Natal. As águas imundas enchavam sacos de arroz postos em pilha, até que os de baixo começavam a estourar, fazendo desabar os de cima, que ainda estavam secos. A força da correnteza virava e punha a perder grandes barris com azeitonas. Naquele mar, só faltava o bacalhau, especialidade do Empório Chiappetta, reviver e, reidratado, pôr-se outra vez a nadar...

Não é de espantar, assim, que em 1973 se tenha pensado seriamente em demolir o Mercado Municipal Paulistano, que completara 40 anos não apenas bastante deteriorado como esvaziado de boa parte





Leonardo, proprietário do Empório Chiappetta



Antônio Cerveira Quintas Filho, da Casa Quintas de Feijoada

CONTRAPONTO

de sua importância – e até razão de ser: o papel de prover em gêneros alimentícios à população paulistana, para o qual fora criado, estava sendo agora muito mais bem desempenhado pelo Centro de Abastecimento de São Paulo, o Ceasa, para o qual modernas instalações tinham sido construídas, entre 1961 e 1966, às margens do rio Pinheiros. (Pouco tempo depois, em maio de 1969, o Ceasa seria fundido com a Companhia de Armazéns Gerais de São Paulo, a Cagesp, para formar a atual Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, Ceagesp).

Se assim era, para quê, então, argumentavam muitos, manter de pé o defasado, decadente, agonizante Mercado Municipal Paulistano, a empatar, no Centro de São Paulo, uma vasta área – 22.230m² – que poderia ser mais bem aproveitada? Numa época de fechamento político como aquela, início dos anos 1970, em que os governantes não se davam ao trabalho de consultar a população antes de interferir na cidade (vide o caso do Elevado Costa e Silva, o Minhocão, do prefeito nomeado Paulo Maluf, cuja derrubada é cogitada seriamente, pela degradação urbana que acarretou), só a ação de alguns defensores do patrimônio arquitetônico e histórico pôde salvar das picaretas uma das joias da arquitetura e da vida paulistana.

O MERCADÃO

...abre das 6h às 18h de segunda a sábado e das 6h às 16h aos domingos e feriados...

... e tem:

- 30 metros de altura
- 16 metros (máximo) de pé-direito
- 12.600 m² no térreo
- 2.000 m² no mezanino
- 272 boxes
- 10 restaurantes
- 1.500 pessoas trabalhando
- 30.000 visitantes por dia de segunda a sexta e o dobro disso nos fins de semana e feriados
- 400 toneladas de mercadorias comercializadas todos os dias
- 6 caixas eletrônicos
- 6 conjuntos de sanitários
- 1 ambulatório
- Estação de reciclagem de lixo
- Estacionamento Zona Azul
- Metrô mais próximo na estação São Bento





CONTRAPONTO

O Mercado Municipal começou a nascer na década de 1920, para substituir outro bem precário, ao ar livre, que existiu não longe dali, na esquina da Rua 25 de Março com a Ladeira General Carneiro. A escolha do terreno, delimitado atualmente pelas ruas da Cantareira e Assad Abdala e pelas avenidas Mercúrio e do Estado, na antiga Várzea do Carmo, atual Parque Dom Pedro, não foi casual: o Rio Tamanduateí, correndo ao lado, durante anos foi, e poderia continuar sendo, um canal de escoamento da produção agropecuária de localidades do interior por ele banhado. Não se imaginava então o esgoto a céu aberto em que o rio haveria de se transformar, nem que suas águas poluídas iriam volta e meia inundar as dependências do Mercado, inutilizando toneladas de gêneros alimentícios. O problema não seria resolvido antes de 1978, quando o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo deu início às obras de canalização do Tamanduateí. Hoje, em dia de muita chuva, uma piscina se forma na esquina da Rua da Cantareira com a Avenida Mercúrio, mas as águas já não chegam ao Mercado.

A elaboração do projeto do novo mercado foi confiada ao mais requisitado escritório de arquitetura da cidade, o de Francisco de Paula Ramos de Azevedo – profissional que, nascido em 1851, haveria de morrer no mesmo ano em que as obras tiveram início, 1928, depois de haver legado a São Paulo edificações preciosas como o vizinho Palácio das Indústrias, o Theatro Municipal, o Liceu de Artes e Ofícios (atual Pinacoteca do Estado), o Palácio dos Correios, o Palácio de Justiça, a Escola Normal Caetano de Campos, a Casa das Rosas e o Colégio Sion. O principal responsável pelo projeto foi o arquiteto Felisberto Ranzini (1881-1976), a quem se devem as linhas do edifício, em estilo eclético tardio, com 30m de altura e pé-direito de até 16m. A iluminação no interior é garantida também por extensas claraboias.

Para adornar o prédio, escolheu-se o que de melhor havia no País na época, as artes de Conrado Sorgenicht Filho (1865-1935), vitralista que viera da Alemanha, com o pai, aos nove anos de idade. Sorgenicht, que deixaria sua marca também no Palácio das Indústrias, na Casa das Rosas, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e em muitos outros prédios, utilizou vidro importado da Alemanha para compor os painéis que ilustram a produção de alimentos no interior paulista, num esforço que, entre a concepção e a execução, lhe custou quatro anos de dedicação.



Renato Rabelo Batista, da peixaria RRB





Tudo já estava pronto na Rua da Cantareira em 1932, mas a eclosão da Revolução Constitucionalista, no mês de julho, forçou o adiamento da inauguração. Ainda cheirando a tinta, o prédio foi improvisado como depósito de munições e armas – o que acabou dando ensejo a atos de barbárie: segundo se conta, havia soldados que, para afinar a pontaria, faziam mira nas cabeças das figuras nos vitrais. Restaurá-los requereu de Sorgenicht o mais dois meses de trabalho, tão logo a Revolução terminou, em 4 de outubro, com a rendição das forças paulistas. O mercado seria finalmente entregue aos paulistanos em 25 de janeiro de 1933, dia em que São Paulo, àquela altura com 1 milhão de habitantes, completava 379 anos de fundação.

Sem maiores cuidados de manutenção, o prédio aos poucos se deteriorou e, se em meados dos anos 1950, veio a encantar o menino Massimo Ferrari, certamente não foi pelo estado em que se encontrava. Depois de escapar da demolição, em 1973, seis anos se passaram antes que viesse uma pequena reforma. Outra, igualmente tímida, foi realizada no final da década seguinte. Dessa, aliás, participou Conrado Adalberto Sorgenicht (1902-1994), na restauração dos vitrais criados por seu pai sessenta anos antes.

A primeira iniciativa ambiciosa para modernizar e devolver brilho ao Mercado Municipal teria de esperar pelos anos 2000, quando a administração da prefeita Marta Suplicy fez nele intervenções de porte. A partir de projeto do escritório do arquiteto Pedro Paulo de Mello Saraiva, construiu-se um mezanino de 2.000 m², servido por dois elevadores e duas escadas rolantes,





para acolher uma dezena de restaurantes. Na mesma tacada, cavou-se um subsolo com 1.600m² para acomodar sanitários, fraldário, vestiário e ambulatório. No térreo, instalou-se uma estação de reciclagem de lixo – metal, plástico, papel, vidro, matéria orgânica. Por fora, devolveu-se ao prédio a sua cor original, re-encontrada após cuidadosa e paciente raspagem de sucessivas camadas de tinta.

Toda essa mexida concorreu para fazer com que o Mercado Municipal deixasse de ser apenas local de compras para assumir também, cada vez mais, a vocação de ponto de turismo e gastronomia. Sinal de novos tempos, antes mesmo que a reforma se consumasse, foi a visita que o rei Harald V, da Noruega, fez ao mercado, em outubro de 2003. Na ocasião, Sua Majestade se deixou fotografar nos boxes do Empório Chiappetta – fundado em outro endereço, em 1908, pelo imigrante italiano Carlo Chiappetta –, e não por acaso: a grande estrela, ali, já era o bacalhau da Noruega.

“O peixe do Chiappetta pode ser um pouco mais caro”, avalia o advogado Renato Abreu e Silva, “mas é o melhor: quando posto para cozinhar, ele escama como um livro que se folheia”. Já na época da visita do rei, os responsáveis pelo empório pesquisavam maneiras de harmonizar o bacalhau do Mar do Norte com frutas secas brasileiras – goiaba, caqui, maçã, mamão, pêsego, caju, abacaxi, figo, além de importados como damasco turco –, outra notável especialidade da casa. E há muito mais nos balcões e prateleiras, enumera Leonardo Chiappetta, neto do fundador, atualmente à frente do negócio ao lado do irmão Eduardo: azeites, azeitonas, macarrão artesanal, risotos prontos artesanais italianos, trufas, açafrão, patês, caviar, produtos para sorveteria e confeitaria... “Temos a oferecer tudo aquilo que compõe uma boa mesa, da entrada à sobremesa”, resume e rima Leonardo Chiappetta.

Se o empório se orgulha de ter acolhido um monarca escandinavo, dois outros estabelecimentos notórios do mercado – o Bar do Mané e o Hocca Bar – podem se gabar da visita que lhes fez, em 2003, uma celebridade mundial da gastronomia, o chef nova-iorquino Anthony Bourdain. De passagem por São Paulo para promover seu livro *Em busca do prato perfeito*, Bourdain teria exclamado, enquanto dava conta do gigantesco sanduíche de mortadela que é a principal atração do Bar do Mané: *wonderful!* E no

Hocca Bar, depois de cravar os dentes no não menos afamado pastel de bacalhau: *delicious!*

Os dois petiscos são, de longe, os best-sellers de sua categoria do mercado, embora se possa especular que o acompanhamento mais adequado para o sanduíche do Bar do Mané, dada a inacreditável quantidade de mortadela nele contida, eventualmente poderia ser uma ambulância. Este e pastel de bacalhau do Hocca são indiscutivelmente os mais badalados – mas, para muitos, não exatamente os melhores petiscos do Mercado Municipal. Há quem, entrando no prédio pelo portão 5, vá direto, bem em frente, às diminutas instalações de uma franquía da Casa Godinho – não servisse ela uma variedade das estupendas empadinhas que a casa-mãe, na Rua Libero Badaró, fundada em 1888, há muitas décadas oferece a uma clientela para lá de exigente.

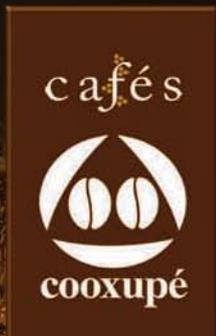
O próprio dono do ponto, Carlos Eduardo Costola, pode generosamente, se solicitado, servir de guia para outros petiscos do Mercado. O pastel de bacalhau do pequeno, microscópico e impecável Jotão, por exemplo. Ou, em outra categoria, o lanche no pão-folha da Dan d’Aju, para o qual o freguês pode escolher cinco ingredientes num repertório que inclui requeijão, tomate seco, rúcula, peito de peru, alface, queijo de minas, pasta de tomate seco e cenoura e beterraba raladas. A dona da casa, Juliana Marinho, se basta com os três primeiros itens, capazes, assegura, de fazer do lanche uma inesquecível delícia. Qualquer que seja o recheio, recomenda ela, há que entremear as bocadas com goles do suco de clorofila, outra especialidade da casa, na qual entram abacaxi, kiwi, maçã, couve e hortelã – “sem coar, por favor!”, enfatiza Juliana.

Onde mais se escondem outras maravilhas, sejam petiscos, sejam ingredientes para a mesa caprichada? Elas podem estar, nem sempre muito à vista, nem sempre badaladas, em qualquer ponto, em qualquer das ruazinhas em que se quadricula o piso térreo do octogênio e agora renovado Mercado. O melhor, nesse caso, é estar de olho, como recomenda o vivido Pasquale Nigro, sempre atento às novidades que a todo o momento podem estar oferecendo, sem que nos demos conta, nesse convidativo palácio da gastronomia. 

*HUMBERTO WERNECK É ESCRITOR E JORNALISTA.



Um tempo marcado pela excelência na produção de cafés.





Simuladores BM&FBOVESPA

PARTICIPE DA EXPERIÊNCIA DE INVESTIR NOS MERCADOS DA BOLSA.

Na vida é assim: quanto mais conhecimento e prática, maiores são as chances de se destacar nas iniciativas.

Em se tratando de investimentos, não é diferente. Esteja preparado para se tornar um investidor em ações, derivativos e títulos públicos começando pelos Simuladores da Bolsa.

O acesso é gratuito e possibilita realizar diversas operações, tudo on-line, aplicando os conceitos aprendidos e investindo como se você já estivesse atuando no mercado.

E tem mais: você concorre a prêmios pelo seu desempenho.

Um milhão de pessoas já estão usando os Simuladores da Bolsa para se tornar investidores conscientes de suas escolhas. Seja um deles!

www.bmfbovespa.com.br/simuladores

A BOLSA É PARA VOCÊ

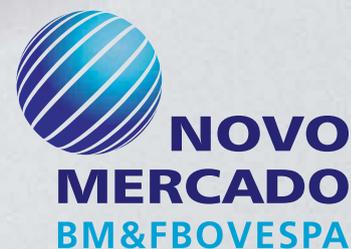
BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



O MAIOR EVENTO DO MERCADO BRASILEIRO
DE CAPITAIS COMPLETA 10 ANOS.
E COMO TODO GRANDE EVENTO O BOM
MESMO É TER O NOME NA LISTA.

DPZ



É com muito orgulho que a BM&FBOVESPA comemora os 10 anos da primeira listagem do Novo Mercado. Um fato relevante no mercado brasileiro de capitais que consolidou conceitos como governança corporativa, transparência das informações, equilíbrio de direitos de todos os acionistas. Um conjunto de práticas que ajudou a atrair e consolidar o encontro com investidores de todos os portes, reduzir riscos, aumentar a confiança nas nossas empresas, no mercado e no nosso país. BM&FBOVESPA, a Bolsa é para você.

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa

www.bmfbovespa.com.br

